

CyN R H

DOCUMENTO DE TRABALHO

Nº 16.I

OCUPAÇÃO, EMPREGO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Ismael Carlos Oliveira
Maurício Galinkin
José Carlos P. Peliano

Novembro de 1984

* Embora sejam os autores do CNRH/IPEA, as opiniões aqui expressas não definem uma orientação do Centro. A reprodução deste texto contou com o apoio do PNUD, através do Projeto BRA/82/024.

OCUPAÇÃO E EMPREGO NO BRASIL:
Conceitos e Alguns Resultados
para 1976/1983

Ismael Carlos Oliveira

Novembro de 1983

I.1 - OCUPAÇÃO EMPREGO NO BRASIL: Conceitos e Alguns Resultados para 1976/1983* .

Transcorridos mais de cento e dez anos do primeiro levantamento censitário sobre a população brasileira, dezessete anos de pesquisas domiciliares anuais sobre a força de trabalho do País e quase oito anos de alterações relevantes na forma de apuração dos dados sobre ocupação e desocupação, ainda persistem, lamentavelmente, incorreções na interpretação desses dados, tanto pelo público em geral como, estranhamente, por analistas especializados.

Prestes a completar quatro anos de existência, a Pesquisa Mensal de Emprego nas principais áreas metropolitanas do País tem provocado acesos debates e muitas controvérsias sobre o número efetivo de desempregados nestas concentrações urbanas.

Por outro lado, ao se analisar a situação do desemprego crescente, busca-se sempre utilizar coeficientes de elasticidade produto-emprego ou sua relação em termos médios, a produtividade da mão-de-obra. Isto é: em quanto é necessário crescer o PIB para alcançar uma desejada taxa de absorção de mão-de-obra. Porém, esse exercício pressupõe que haja algum elo de ligação entre os levantamentos institucionais da Fundação Getúlio Vargas para embasar as estimativas do produto interno e a taxa de ocupação da força de trabalho obtida via pesquisas demográficas domiciliares do IBGE.

* Trabalho elaborado por Ismael Carlos Oliveira do SPI/CNRH/IPEA, com a colaboração de Luiz Carlos Eichenberg Silva e Sebastião Camargo. O autor agradece as sugestões de Ruy Carvalho e se considera responsável pelos erros e omissões remanescentes.

Não existe, entretanto, relação estável entre produto ou investimento obtido das contas nacionais e nível de ocupação da força de trabalho em termos globais, embora possivelmente seja válida a relação entre as taxas de variação da produção industrial ou agrícola e do pessoal utilizado para realizar essa produção quando se trabalha com dados anualizados e isentos de influências sazonais e acidentalidades.

Outro nível de confusão se estabelece quando alguns analistas agregam a taxa de ocupação (ou desocupação) das pesquisas domiciliares aos índices de emprego obtidos de estabelecimentos do setor organizado da economia. Embora exista certamente algum tipo de repercussão das dispensas líquidas de empregados do mercado de trabalho organizado sobre os níveis de ocupação da força de trabalho, o problema que se apresenta é o de verificar a magnitude da relação entre esses dois indicadores e não o de considerar-se, simplifadamente, que um é o reflexo do outro.

Portanto, quando se fazem simulações sobre crescimento do PIB e do emprego, é necessário qualificar o tipo de mão-de-obra que está sendo considerada e, acima de tudo, não confundir as variações no número de postos de trabalho no setor organizado com os indicadores de ocupação e renda da população economicamente ativa. No mais recente período de elevado crescimento econômico do país (1968/74), embora tenha havido substancial incorporação de mão-de-obra no setor organizado da economia, permaneceram elevados os níveis de sub-remuneração e subocupação da força de trabalho. Além disso, alguns indicadores sobre bem-estar, como é o caso da mortalidade infantil, apresentaram índices contrários às expectativas otimistas então existentes.

Embora não se pretenda construir, através das estatísticas de ocupação e nível de emprego, um indicador do padrão de vida da população, busca-se a partir de um antigo conceito de desenvol

vimento econômico como a medida da diferença positiva entre as taxas de crescimento do produto interno de um país ou região e de sua população (aumento da renda per capita) - sistematizar uma forma de medir as repercussões nas condições de vida da população das medidas de estabilização da economia que vem de ser tomadas há três anos no País e que prometem ainda persistir no futuro próximo.

Considerando-se que o aumento da renda per capita, por si só, é insuficiente para medir as variações no padrão de vida da população, de vez que nada indica sobre a forma como essa renda varia entre os diversos segmentos da sociedade, é pior ainda quando acontece como no Brasil desde 1981, quando a renda média por habitante decresce. Aí, suspeita-se, os mais penalizados são os que se situam à margem da economia de mercado, ou, racionalizando em termos das informações disponíveis, o contingente de pessoas representado pela maior parte dos trabalhadores por conta própria (ambu-lantes, biscateiros, etc.) e pelos empregados sem carteira de trabalho assinada nas zonas urbanas, além dos trabalhadores volantes, por conta própria e não remunerados da agropecuária.

Isto porque, com o aumento do desemprego no setor organizado da economia, aliado a restrições quanto ao acréscimo real dos salários, um número maior de pessoas passa a subsistir com um volume global de remuneração menor no mercado não organizado. Assim, espera-se que, na situação recessiva atual, devem estar aumentando, simultaneamente: o número de dispensados no mercado empresarial ou formal; o número dos que estão efetivamente procurando trabalho (desocupados); o número de desalentados que já procuraram trabalho no passado e que não procuram mais porque acham que não vão encontrar (não entram nas estatísticas de desocupados porque não tomaram recentemente nenhuma providência efetiva para encontrar trabalho), e o número dos que mal conseguem sobreviver no mercado de trabalho não empresarial.

Assim, para acompanhar a dinâmica do mercado de trabalho, avaliar a evolução do número dos que, em sentido amplo, poderiam ser considerados subutilizados em termos econômicos e, ao mesmo tempo, retratar razoavelmente as transformações nas condições de vida da população, é importante considerar não apenas as taxas de desocupação da população economicamente ativa, mas também a proporção dos desalentados e dos ocupados sub-remunerados ou subocupados de forma restrita.

Nas pesquisas domiciliares do IBGE, a taxa de desocupação é a relação entre o número de pessoas que não tinham trabalho no período de referência do levantamento, mas estavam dispostas a trabalhar, e o total da população economicamente ativa. Trabalho é qualquer ocupação remunerada em dinheiro ou bens e também as ocupações não remuneradas exercidas durante 15 ou mais horas por semana. O trabalho pode ser executado sob diversas relações: em pregados, trabalhadores volantes e parceiros na agropecuária, trabalhadores por conta própria, empregadores e trabalhadores familiares e/ou não remunerados.

Por outro lado, a medida geralmente aceita para representar os desalentados ou desempregados ocultos é obtida pelo cômputo dos inativos que efetivamente procuraram trabalho nos últimos três meses. Na prática, os resultados divulgados das pesquisas domiciliares do IBGE permitem o cálculo aproximado do desalento pela diferença entre a taxa de atividade ou de participação da população economicamente ativa de um ano (ou mês) determinado e as taxas de atividade dos anos (meses) posteriores. Se essa diferença é positiva e crescente, significa que o desemprego oculto está aumentando.

Como a taxa de participação depende, além do ritmo de atividade da economia, da distribuição etária e por sexo da população, de restrições ou incentivos à participação de mulheres no mercado de trabalho, do nível e da distribuição da renda familiar, do

custo da procura de trabalho, dos conceitos utilizados nas pesquisas domiciliares, entre outros fatores, o número de desalentados poderia, teoricamente, flutuar até no curto prazo para mais ou para menos. Com a adoção da segunda forma de cálculo (diferenças entre taxas de atividade), o desemprego oculto estimado ainda poderia ser maior, igual ou menor que zero.

Finalmente, considera-se ocupados sub-remunerados os que ganham menos que o salário-mínimo na soma das remunerações de todos os trabalhos que possuem, enquanto os subocupados "puros" ou restritos são os que, além de ganharem menos que o salário-mínimo, ainda trabalham menos de 40 horas por semana no total de horário que cumprem em todos os trabalhos que têm. Esse indicador é bastante semelhante à interseção do subemprego visível (pessoas que trabalham por semana menor número de horas do que gostariam) com o subemprego invisível ou desemprego disfarçado (pessoas que ganham menos que um valor mínimo determinado).

Enquanto o contingente dos sub-remunerados pode ser considerado um problema estrutural, somente solucionável a longo prazo com a reorientação do crescimento econômico ou com a implementação de medidas relevantes de redistribuição da renda pessoal, funcional e regional, pois engloba tanto os trabalhadores por conta própria de rendas flutuantes como os empregados relativamente mais estáveis de pequenas e médias empresas, os subocupados restritos são, ao lado dos desocupados e dos desalentados, os mais atingíveis, no curto prazo, por programas de emprego ou pela reativação da economia, desde que se suponha que seja possível aumentar o número de horas que essas pessoas trabalham por semana e, simultaneamente, sua remuneração.

Alguns indicadores, extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE para a região metropolitana de São Paulo no período de 1976 a 1981 (Tabela 1), mostram que a queda verificada nos índices de emprego do setor organizado do mercado

TABELA 1

REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

Indicadores Sobre Desocupação

1976/1981

ESPECIFICAÇÃO	1976	1977	1978	1979	1981
1 - Taxa de participação PEA 10 anos ou mais/Pessoas 10 anos ou mais (%)	52,75	54,39	55,20	56,01	55,83
2 - Taxa de desocupação Pessoas procurando trabalho/PEA (%)	2,23	2,96	2,59	3,39	6,71
3 - Subocupação Pessoas ocupadas até 39 horas/semana e até 1 salário-mínimo/ mês em todos os trabalhos/Ocupados (%)	1,87	2,37	2,89	3,13	4,69
4 - Ocupação sub-remunerada Pessoas ocupadas até 1 salário-mínimo/mês em todos os traba lhos/Ocupados (%)	11,19	12,41	12,95	10,57	12,35
5 - Empregados sem carteira de trabalho assinada/Empregados (%)	17,14	19,18	18,97	17,99	21,77
6 - Taxa de desalento Maior taxa de participação do período menos taxa de partici pação de cada ano (%)	3,26	1,62	0,81	-	0,18
7 - Desocupação total 2 + 3 + 6 (número de pessoas)	458 226	393 167	345 569	343 520	655 352

Fonte dos dados originais: PNAD-IBGE.

de trabalho em 1981 (Tabela 2) reflete-se em duas das três principais medidas de desocupação da população economicamente ativa: a taxa de desocupação passa de 2%/3% da PEA em 1976/79 para quase 7% em 1981; enquanto a taxa de subocupação restrita que se escolheu cresce de pouco menos de 2% dos ocupados em 1976 para pouco mais de 3% em 1979, mas atinge 4,7% em 1981.

Outros dois indicadores confirmam tais resultados: a taxa de ocupação sub-remunerada mantém-se, em 1981, no limite superior da faixa entre 11% e 13% observada no período 1976/79; enquanto a proporção dos empregados sem carteira assinada aumenta de 17%/19% em 1976/79 para quase 22% em 1981.

Considerando-se que 1981 foi o primeiro e possivelmente o menos ruim dos últimos três anos em termos do mercado de trabalho, porque o nível de emprego no mercado de trabalho organizado de cresceu ainda mais em 1982 e 1983 (Tabelas 2 e 3), e, adicionalmente, levando em conta que se adotou um conceito de subocupação bastante restrito e que a estimativa do desalento efetuada está aquém do que se pode inferir dos últimos dados disponíveis da Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, é significativo que a desocupação total tenha aumentado, na área metropolitana de São Paulo, de 343,5 mil pessoas ou 6,4% da PEA em 1979, para 655,4 mil pessoas ou 11,4% da população ativa em 1981.

A computação da desocupação total, exceto o desalento, para as seis regiões metropolitanas onde são realizadas pesquisas domiciliares mensais (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre) e para o Brasil, mostra, também, o agravamento da subutilização de mão-de-obra entre 1978 e 1981. Como proporção da força de trabalho, a desocupação total cresce de 7,5% para 12,8% nas seis regiões metropolitanas, e de 12,8% para 16,9% no Brasil (Tabela 4).

BRASIL E REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

INDICADORES DO NÍVEL DE EMPREGO

1976/1983

ANOS	REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO		BRASIL
	Índice do Pessoal Ocupado Indústria de Transformação (1)	Índice de Emprego Indústria de Transformação, Construção Civil, Comércio e Serviços (2)	Índice do Pessoal Ocupado na Produção Indústria de Transformação (3)
1976	90,7	-	90,8
1977	90,6	96,3	91,6
1978	93,8	97,3	93,6
1979	97,3	99,4	96,7
1980	100,0	100,0	100,0
1981	91,4	93,7	92,9
1982	87,1	90,3	86,2
1983	80,1	86,9	82,0

FONTES: (1) - FIESP/DECAD; 1983 até agosto.

(2) - SES/MTb (Amostra da Lei nº 4.923/65); 1977 a partir de fevereiro; 1983 até agosto.

(3) - IBGE/Pesquisa Industrial Mensal, 1983 até junho.

OBS.: Médias dos índices mensais de cada ano. Base: média mensal de 1980 = 100.

TABELA 3

BRASIL: CAPITAIS DE ESTADOS, REGIÕES METROPOLITANAS E MUNICÍPIOS DO INTERIOR

ÍNDICE E VARIAÇÃO DO NÍVEL DE EMPREGO

OUT-DEZ/1978 - AGO/1983

CAPITAIS, REGIÕES METROPOLITANAS E MUNICÍPIOS DO INTERIOR	ÍNDICES				VARIAÇÃO NO PERÍODO (%)		
	Out-Dez 1978	Out-Dez 1979	Out-Dez 1981	AGO 1983	Out-Dez-78/ Out-Dez-81.	Out-Dez-79/ Out-Dez-81.	Out-Dez-81/ Ago-83
Rio Branco - AC	100,00	103,39	113,60	120,80	13,6	9,3	6,3
Manaus - AM	100,00	111,50	112,80	113,38	12,8	1,2	0,5
R.M. de Belém - PA	100,00	105,92	101,47	104,67	1,5	- 4,2	3,2
São Luis - MA	100,00	106,96	114,30	116,36	14,3	6,9	1,8
Teresina - PI	100,00	105,50	114,90	112,09	14,9	8,9	- 2,4
R. M. de Fortaleza - CE	100,00	104,65	103,70	104,00	3,7	- 0,9	0,3
Interior - CE	100,00	109,74	97,11	84,17	- 2,9	-11,5	-13,3
Natal e Interior - RN	100,00	97,95	95,15	90,77	- 3,9	- 1,8	- 5,6
João Pessoa e Interior - PB	100,00	94,61	89,20	86,05	-10,8	- 5,7	- 3,5
R. M. de Recife - PE	100,00	103,89	104,86	96,37	4,9	0,9	- 8,1
Maceió - AL	100,00	101,32	111,68	126,50	11,7	10,2	13,3
Aracaju - SE	100,00	104,67	123,48	114,79	23,5	18,0	- 7,0
R. M. de Salvador - BA	100,00	100,92	105,65	105,49	5,7	4,7	- 0,2
R. M. de Belo Horizonte - MG	100,00	103,47	104,36	97,05	4,4	0,9	- 7,0
Vitória e Interior - ES	100,00	101,15	105,66	104,99	5,7	4,5	- 0,6
R. M. do Rio de Janeiro - RJ	100,00	98,92	93,23	86,94	- 6,8	- 5,8	- 6,7
R. M. de São Paulo - SP	100,00	101,86	91,75	86,81	- 8,3	- 9,9	- 5,4
Interior - SP	100,00	104,37	99,32	96,16	- 0,7	- 4,8	- 3,2
R. M. de Curitiba - PR	100,00	95,98	93,26	87,01	- 6,7	- 2,8	- 6,7
Interior - PR	100,00	100,63	103,86	88,07	3,9	3,2	-15,2
Florianópolis e Interior - SC	100,00	105,16	105,69	101,83	5,7	0,5	- 3,7
R. M. de Porto Alegre - RS	100,00	102,33	101,75	100,93	1,8	- 0,6	- 0,8
Interior - RS	100,00	103,64	103,72	95,89	3,7	0,1	- 7,5
Goiânia e Interior - GO	100,00	100,21	106,11	102,72	6,1	5,9	- 3,2
Cuiabá e Interior - MT	100,00	101,91	113,62	124,63	13,6	11,5	9,7
Campo Grande - MS	100,00	108,65	143,47	117,72	43,5	32,0	-17,9
Distrito Federal - DF	100,00	100,15	98,97	102,14	- 1,0	- 1,2	3,2

FONTE: SES/MIb (Amostra da Lei 4.923/65)

1) Base: Out-Dez/1978 = 100.

BRASIL E REGIÕES METROPOLITANAS DE RECIFE, SALVADOR,
BELO HORIZONTE, RIO DE JANEIRO, SÃO PAULO E PORTO ALEGRE.

INDICADORES SOBRE DESOCUPAÇÃO

1978/1986

REGIÕES	OUT/DEZ 1978	OUT/DEZ 1981	AGO 1983	AGO 1984	AGO 1985	AGO 1986
<u>REGIÕES METROPOLITANAS</u>						
TAXAS (% sobre PEA)						
Desocupados	3,21	6,75	8,76	9,89	11,00	12,10
Subocupados	4,30	6,01	7,32	8,18	9,15	10,24
Desocupação Total	7,51	12,76	16,08	18,07	20,15	22,34
NÚMERO DE PESSOAS (mil)	858,5	1.678,0	2.291,5	2.698,2	3.152,1	3.659,8
<u>BRASIL</u>						
TAXAS (% sobre PEA)						
Desocupados	2,27	4,92	6,43	7,28	8,13	8,96
Subocupação	10,49	11,93	12,86	13,43	14,02	14,63
Desocupação Total	12,76	16,85	19,29	20,71	22,15	23,59
NÚMERO DE PESSOAS (mil)	5.665,5	8.163,7	9.835,3	10.869,5	11.965,3	13.126,6

Fonte dos dados originais: PNAD-IBGE (1978 e 1981).

Nota: Estimativas para 1978 e 1981, e projeções para 1983/1986 do SPI/CNRH com base nas tendências de 1978 a 1983.

Em termos numéricos, as pessoas desocupadas e subocupadas somam cerca de 1,7 milhões, em 1981, nas seis regiões metropolitanas (858,8 mil em 1978) e 8,2 milhões no Brasil (5,7 milhões em 1978). As projeções, que levaram em conta as variações nas taxas de desocupação do período 1978/81, indicam 2,3 milhões de pessoas subutilizadas nas seis áreas metropolitanas em agosto de 1983 (16,1% da população economicamente ativa), e 9,8 milhões de pessoas no país (19,3% da PEA brasileira).

Se forem mantidas as mesmas tendências para os próximos três anos, a desocupação total corresponderia, em 1986, a 22,3% da força de trabalho das seis áreas metropolitanas (3,6 milhões de pessoas), e a 23,6% da população ativa brasileira (13,1 milhões de trabalhadores).

A subutilização total da força de trabalho brasileira corresponde a uma taxa de desemprego aberto menor relativamente às regiões metropolitanas, mas a um nível de subocupação bastante superior. Em parte, isso se deve à agregação dos trabalhadores rurais e de cidades médias e pequenas, notadamente das regiões menos desenvolidas do País.

Entretanto, as estimativas da desocupação total para o período 1978/81 e as projeções para 1983/86 indicam taxas de crescimento anuais bem mais elevadas para as áreas metropolitanas. Essa performance é bastante coerente com o comportamento recente da atividade econômica no País, refletido nos indicadores sobre o nível de emprego do mercado formal de trabalho das Tabelas 2 e 3.

Em um exercício de previsão, considerando-se as possíveis relações entre o comportamento do nível de atividade e do emprego no mercado formal de trabalho, e entre este e as taxas de desocupação da força de trabalho, para reverter a tendência acima considerada e atingir, em 1986, as taxas de subutilização da mão-de-obra que

prevaleciam em fins da década passada, a economia teria que crescer à taxa anual de 14% no triênio 1984/1986. Estas taxas, inimagináveis presentemente, corresponderiam a acréscimos anuais da ordem de 5%/6% para o nível de emprego no setor organizado do mercado de trabalho.

NÚMEROS, AH, ESSES NÚMEROS...
(A PROPOSITO DA PESQUISA MEN
SAL DE EMPREGO, DA FIBGE)

Maurício Galinkin

Janeiro de 1983

I - AS TAXAS DE DESEMPREGO

A Pesquisa Mensal de Emprego da FIBGE, realizada em seis áreas metropolitanas do país, sofreu reformulações importantes entre fevereiro e maio passados, no sentido de seu aprimoramento metodológico, mas de efeitos "colaterais" que merecem ser estudados e discutidos amplamente, especialmente se se pretender utilizar a série estatística disponível entre janeiro 1980 - janeiro 1982.

O primeiro ponto que surge é a queda brusca verificada nas taxas de desemprego da PME, entre janeiro de 1982 - último mês da metodologia anterior - e maio de 1982, quando a nova metodologia foi totalmente implantada. Entre estes dois meses a taxa de desemprego agregada para as seis áreas^{1/} passou de 9,1% (janeiro) para 6,2% (maio). Em 1981 a variação no período considerado foi de 7,6 (janeiro) para 8,2% (maio).

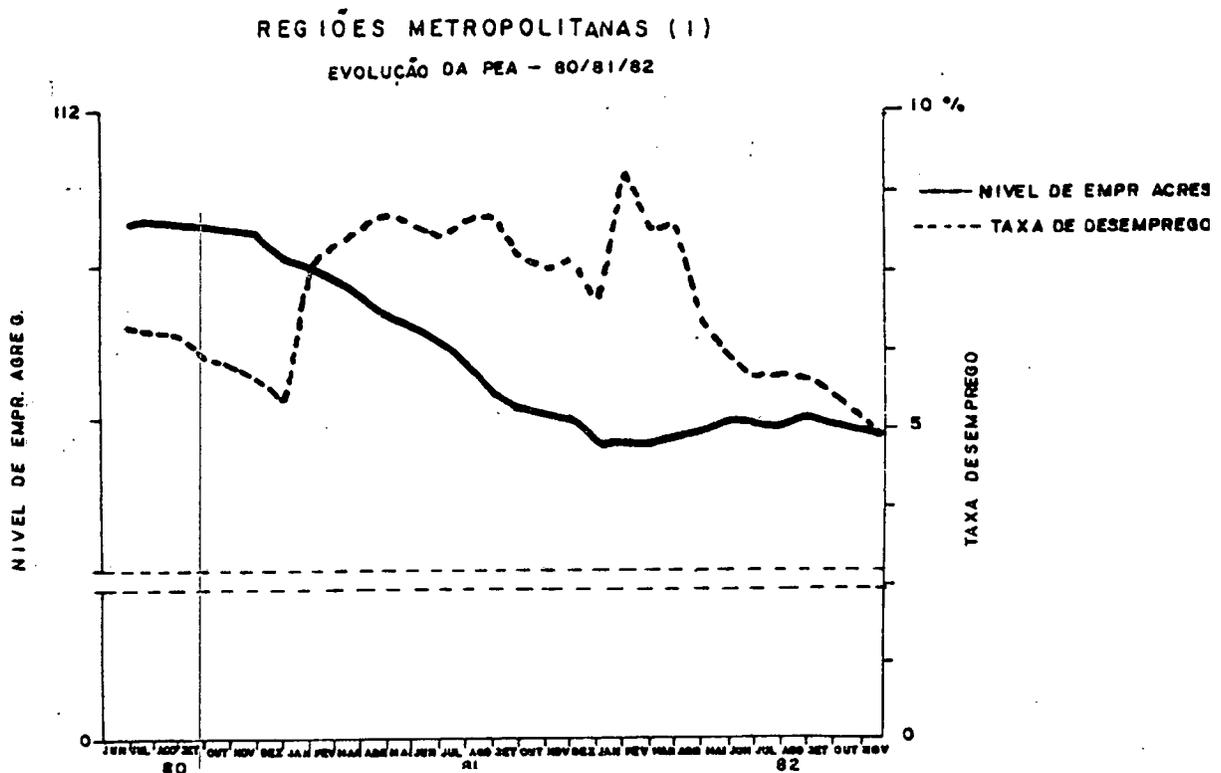
Outros indicadores de emprego apresentaram, também, alguma reação positiva nos primeiros meses do corrente ano como, por exemplo, o indicador de pessoal ocupado na produção na indústria de transformação brasileira, também da FIBGE, que cresceu 2,1% entre dezembro e abril passados. O índice de emprego produzido pela FIESP mostra que a indústria paulista elevou sua força de trabalho empregada em 0,7% nos 5 primeiros meses de 1982, enquanto o índice de emprego metropolitano do SINE/MTb, agregado para as mesmas seis áreas referidas acima, mostrou crescimento de 0,9% no período considerado.

Nota-se, evidentemente, uma disparidade acentuada entre a situação demonstrada pela PME e o quadro apresentado pelos outros indicadores existentes. Enquanto a PME indica uma elevação de 3,2% no nível de emprego (a taxa de ocupação da PEA teria passada

^{1/} - A pesquisa é realizada nas Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife.

de 90,9 para 93,8% da PEA total) entre janeiro e maio passados, observa-se um crescimento em torno de 1% nos outros indicadores com um máximo de 2,1% na indústria de transformação.

Mesmo considerando uma possível elevação da produção e do emprego nos cinco primeiros meses do ano, e que esse fato se refletisse nos dados da PME, nota-se, no entanto, que a queda posterior na produção e no nível de emprego, registrada em outros indicadores, não é acompanhada pela conseqüente elevação da taxa de desemprego. Antes pelo contrário, este indicador prosseguiu em acentuada queda.



II - EMPREGO E PRODUTO

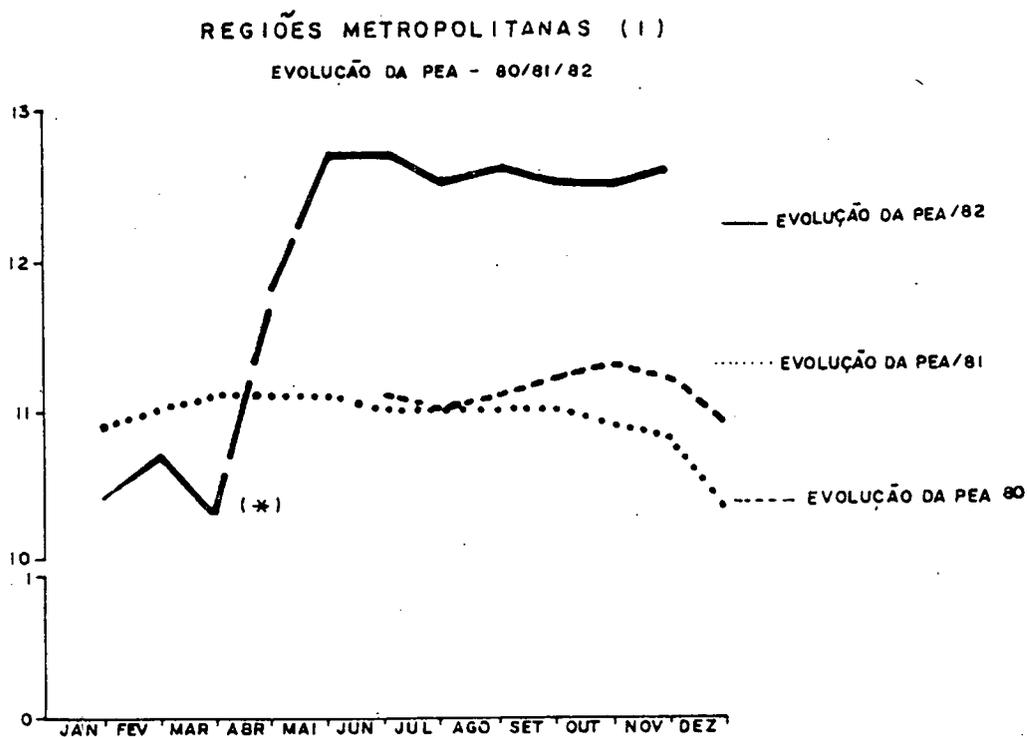
Uma idéia do nível de recuperação da atividade econômica que esta variação do Índice da PME sugere pode ser esboçada tomando-se como base as elasticidades emprego/PIB calculadas pelo CNRH/IPEA⁽²⁾: em termos globais, a elasticidade emprego/produto gira em torno de 0,355, como média do período 1968-1979. Caso utilize-se esta relação, seria necessário um crescimento do PIB, no período considerado, da ordem de 9% para obter-se o resultado apresentado pela PME entre janeiro e maio passados. Mas como trata-se de emprego nas regiões metropolitanas, e notando-se a extremamente baixa elasticidade verificada no setor primário da economia (0,149), poder-se-ia adotar um valor entre aquele observado para o setor serviços (0,4615) e a indústria (0,582). Desta forma, ter-se-ia uma variação necessária do PIB, no período, entre 5,5% e 6,9%, o que significaria um impulso no crescimento do produto acima de 10% ao ano para a rápida recuperação do emprego metropolitano, como a aferida pela PME nos cinco primeiros meses do corrente ano. Estes mesmos cálculos efetuados com base nos outros indicadores disponíveis levaria a crescimentos do PIB, em base anual, entre 4 e 7%.

Essas considerações põem em dúvida, naturalmente, a possibilidade de se compararem as informações produzidas pela PME até janeiro de 1982 com os dados posteriores a este mês, levando à lamentável conclusão que se está começando da estaca zero, e deixa-se de contar com uma série de informações (25 meses) relativas a um período crucial no comportamento do mercado de trabalho nas principais concentrações urbanas do país.

2/ - Deve-se levar em conta as notórias falhas existentes neste tipo de cálculo, a partir de elasticidades médias emprego/produto. Em especial, que essas elasticidades são relativas a um prazo longo (superior a 10 anos), no passado, e a diferentes condições de atividades econômicas que, naturalmente, devem afetar bastante os índices. Apesar desses problemas, os resultados podem servir de balisamento à análise da situação, na falta de outros indicadores.

III - MUDANÇAS NA COMPOSIÇÃO DA PEA

A composição e o comportamento da População Economicamente Ativa também merece algumas observações. Ao longo dos anos de 1980 e 1981 observou-se - pela primeira vez no país - o comportamento efetivo mensal da PEA, resultante da situação da atividade econômica. Com este levantamento, variações sazonais começaram a ser percebidas, embora a série não permitisse ainda conclusões definitivas, observando-se, porém, que a PEA nas Regiões Metropolitanas estava seguindo um caminho inverso das estimativas que até então se faziam para projetar sua evolução, baseadas apenas no crescimento demográfico: ao invés de acompanhar o crescimento populacional, a pesquisa mostrou uma queda da PEA, nas áreas metropolitanas do país, entre 1980 e 1981. No Rio de Janeiro, entre dezembro de 1980 e dezembro de 1981, a PEA caiu 4,8%, enquanto em São Paulo, no mesmo período, observou-se uma redução de 9,4%.



FONTE: SINE / PIBGE

(*) MUDANÇA METODOLÓGICA E AMOSTRAL

Ao se analisar esta informação dentro do contexto global da economia, juntamente com outros dados da pesquisa (como período médio de desemprego da ordem de 20 semanas, quase cinco meses), verifica-se ser esta queda da PEA bastante plausível e natural, restando apenas a dúvida - de sempre - acerca da capacidade da população em resistir a um prolongado período sem fonte de renda (é conveniente lembrar, aqui, que a PME considera todas as ocupações, inclusive no setor informal), ou com sua renda familiar bastante reduzida.

Esta série mensal da PEA também sofreu forte alteração a partir da implantação da nova PME, iniciada em fevereiro de 1982 e concluída em maio passado: no Rio de Janeiro registra-se elevação de 15% e em São Paulo de 14%, ao se comparar a PEA de maio de 1982 com o mesmo mês de 1981. Entre janeiro de 1982 e maio de 1982 o crescimento da PEA foi de 17,9%, no Rio de Janeiro, e 24,5% em São Paulo. De acordo com a FIBGE os valores absolutos destas pesquisas não são comparáveis, existindo restrições aos valores absolutos encontrados na PME até janeiro de 1982. A tendência, no entanto, é considerada como válida, de acordo com esta fonte, mesmo para a fase anterior da pesquisa. Como deixou de ser feito o "encadeamento" das suas séries, será preciso deixar de compará-las, e esperar que se forme uma série razoável de dados, a partir de maio de 1982, para retomada da análise dessas informações.

A composição da PEA nas duas fases da pesquisa mostra diferenças que sugerem uma "pista" para determinação da brusca queda na taxa de desemprego entre janeiro e maio passados. Observa-se, neste período, na Região Metropolitana de São Paulo (tomada como exemplo), uma alteração significativa da distribuição etária da PEA (veja quadro I), com maior concentração nas faixas de idade entre 20 e 49 anos, e diminuição na participação dos jovens (15 a 19 anos) e dos mais velhos (50 anos e mais). A queda de participação dos jovens na PEA foi de 1,1%, como resultado de uma diminuição de 1,71% de desocupados e elevação de 0,61% de ocupados (como percentuais da PEA total). Separando-se a PEA masculina e feminina (quadro II), es

REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

Distribuição Etária da População Economicamente Ativa
1981-1982

MÊS	Em Percentuais da PEA					
	15 A 19 ANOS		20 A 49 ANOS		50 E MAIS	
	1981	1982	1981	1982	1981	1982
JANEIRO	15,25	15,35	73,08	72,67	11,69	11,99
MAIO	14,75	14,25	73,44	75,15	11,81	10,60
DEZEMBRO	14,69	12,76	73,17	75,95	12,14	11,29

FONTE : Pesquisa Mensal de Emprego, FIBGE.

QUADRO II

REGIÕES METROPOLITANAS

RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO

Alterações na Participação, por Grupo Etário, na PEA masculina e feminina.

Maio/Janeiro/82.

Variações em Pontos Percentuais.

GRUPO ETÁRIO	RIO DE JANEIRO		SÃO PAULO	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
15 a 19	-0,08	-0,51	-1,01	-1,27
20 a 24	-0,63	-0,74	+0,07	+0,19
25 a 49	+1,71	+1,44	+2,72	+1,73
50 e mais	-0,99	-0,19	-1,78	-0,63

FONTE : Pesquisa Mensal de Emprego, FIGBE.

ta queda na participação dos jovens e velhos fica bem discriminada, tanto em São Paulo como no Rio de Janeiro, sendo que nesta última região a faixa de exclusão relativa foi ampliada até os 24 anos^{3/}.

IV - 60% DE DESALENTO

Como não se registraram alterações substanciais na atividade econômica, que levassem a uma mudança na expectativa de obtenção de emprego, e o período médio de procura de emprego situava-se próximo a cinco meses, era de se esperar que a "taxa de desalento" continuasse crescendo, em especial entre a mão-de-obra "secundária". Com a mudança do questionário da PME, inquirindo-se de forma mais incisiva acerca da situação de desemprego e procura de emprego, é provável que tenha ocorrido uma grande exclusão de pessoas que, embora se sentindo desempregadas, nada tenham feito objetivamente para conseguir ocupação. Esta informação não será recuperada, ao que tudo indica, pois mostrou-se sem significância em tabulações especiais realizadas pela FIBGE. Isto decorre, aparentemente, da não observância rígida do manual do entrevistador, fato de difícil checagem específica.

A taxa de desemprego entre os jovens de 15 a 19 anos, em São Paulo, caiu de 22,65% para 12,24%, entre janeiro e maio de 1982, redução superior a 10 pontos percentuais. Como exposto acima, em São Paulo houve queda de 1,1% na participação desta faixa etária na PEA, ou seja, a participação que era de 15,35% em janeiro de 1982 caiu para 14,25^{4/}. Pode-se supor, então, que a parcela excluída (1,1%) era composta de jovens desempregados (caso contrário estariam trabalhando e permaneceriam na PEA). O efeito direto desta variação no contingente de desempregados reduziria a taxa de desemprego nesta

^{3/} - Como a participação dos jovens no contingente de desocupados é mais significativa, deixa-se de detalhar a análise do segmento de 50 anos e mais, que também registra considerável alteração.

^{4/} - Os dados relativos a dezembro-82 acentuam essa diminuição de participação dos jovens, conforme mostra o Quadro I. A diferença passou de -1,1% entre janeiro e maio-82, para -2,59%, entre janeiro e dezembro-82. Em 1981 essas variações foram de -0,5% e -0,56%, respectivamente.

faixa etária a 16,7%^{5/}, enquanto a taxa encontrada pela PME foi de 12,24%. Assim, cerca de 60% da queda na taxa de desemprego entre os jovens paulistas é explicada por saída da PEA, enquanto os 40% restantes teria obtido alguma ocupação.

V - ESTIMATIVA DA EXCLUSÃO

A taxa de atividade da população poderá ser um bom "baliador" da situação real do emprego. Infelizmente os dados disponíveis não são comparáveis, desconhecendo-se essas taxas para a nova PME. De toda forma, observando-se dados de PNADs, censos e da PME percebe-se que em São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre deverá ter ocorrido uma redução na taxa de atividade captada pela PME, embora sua magnitude, para ser aferida, exija mais informações estatísticas.

Utilizando-se a taxa de participação da PEA na população total, registrada na Pesquisa Mensal de Emprego, de maio de 1981, chega-se a uma diferença próxima a 840 mil pessoas, em São Paulo, que estariam fora da PEA medida pela PME de maio de 1982. Conforme pode ser observado no Quadro V, estimou-se em 1.700 mil pessoas, com

5/ Sendo $P_i = PEA_{15 \text{ a } 19 \text{ anos}}$

$$P_{i0}/PEA_0 = 15,35/100,00$$

$$P_{i1}/PEA_1 = 14,25/100,00$$

$$P_i = E_i + D_i \quad \text{sendo } E_i = PEA_{15 \text{ a } 19 \text{ anos ocupada}}$$

$$D_i = PEA_{15 \text{ a } 19 \text{ anos desocupada}}$$

$$P_{i0} = (11,87 + 3,48)$$

$$D_{i0} = \frac{3,48}{15,35} = 22,65\% \quad D_{i1} = \frac{1,74}{14,25} = 12,24\%$$

Se o retirado da PEA era desempregado:

$$D_{i1} = \frac{3,48 - 1,1}{14,25} = 16,70\%$$

$$\frac{22,65 - 16,70}{10,41} = 57,16\%, \text{ ou seja, essa exclusão representa } 57\% \text{ da variação observada.}$$

Utilizando-se dados de janeiro-dezembro 82, encontra-se 54% da variação explicada pela exclusão de jovens da PEA.

SÃO PAULO

PESQUISA MENSAL DE EMPREGO

DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS DESOCUPADAS, POR GRUPO DE IDADE, EM RELAÇÃO

AO TOTAL DE PESSOAS ECONOMICAMENTE ATIVAS, POR GRUPO DE IDADE

Em Percentuais.

GRUPOS DE IDADE	MÊS DA PESQUISA											
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
<u>1981</u>												
15 a 19	18,74	19,58	19,37	18,26	18,20	18,00	17,94	18,93	16,88	16,33	15,59	13,55
20 a 24	10,34	10,40	10,32	11,75	10,70	10,52	11,07	11,66	11,11	10,14	10,98	8,93
25 a 49	4,14	4,26	4,33	4,86	4,43	4,31	4,70	4,75	4,51	4,37	4,67	4,05
50 e mais	1,55	1,98	2,12	1,98	1,88	2,21	2,07	2,67	2,70	2,05	1,82	1,34
<u>1982</u>												
15 a 19	22,65	21,21*	19,70*	16,56*	12,24*	11,95	12,26	12,86	12,59	10,58	10,14	7,02
20 a 24	12,83	12,02	11,82	9,65	8,09	7,21	8,46	8,39	7,49	6,66	6,90	6,05
25 a 49	5,21	4,28	4,74	3,74	3,51	3,52	3,57	3,82	3,89	3,53	3,00	2,57
50 e mais	2,69	2,11	2,29	1,22	1,81	1,79	1,08	1,94	2,28	2,16	1,55	1,19

FONTE : Pesquisa Mensal de Emprego, FIBGE

NOTA : (*) Período de implantação de novo formulário e nova amostra na PME

QUADRO IV

RIO DE JANEIRO

PESQUISA MENSAL DE EMPREGO

DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS DESOCUPADAS, POR GRUPO DE IDADE, EM RELAÇÃO AO TOTAL
DE PESSOAS ECONOMICAMENTE ATIVAS, POR GRUPO DE IDADE

Em Percentuais

GRUPOS DE IDADE	MÊS DA PESQUISA											
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
<u>1981</u>												
15 a 19	23,40	25,09	26,69	24,12	24,96	23,36	23,69	24,61	22,39	22,46	24,27	23,06
20 a 24	14,84	14,46	16,64	17,62	16,62	18,18	18,85	18,18	16,22	16,25	16,26	14,79
25 a 49	4,52	4,49	4,91	5,22	5,31	5,24	5,30	5,10	4,83	4,89	5,39	5,00
50 e mais	1,80	1,84	1,88	1,38	1,47	1,55	1,65	1,83	1,83	2,06	1,62	1,65
<u>1982</u>												
15 a 19	29,34	27,47*	25,63*	20,08*	20,06*	18,47	16,41	16,57	13,54	13,41	13,52	10,54
20 a 24	18,08	17,16	17,66	14,00	13,53	12,29	11,90	10,30	9,86	9,96	9,21	7,47
25 a 49	5,92	5,16	5,14	3,99	4,05	3,69	3,77	3,51	3,23	3,07	2,50	2,63
50 e mais	1,68	1,73	1,42	1,41	1,37	1,52	0,93	0,76	1,13	1,23	0,87	0,67

FONTE : Pesquisa Mensal de Emprego, FIBGE

NOTA : (*) - Período de implantação de novo formulário e nova amostra na PME.

REGIÕES METROPOLITANAS
Estimativas de Exclusão da PEA
Maio/1982

ÁREA METROPOLITANA	PEA 15 ANOS E MAIS PME A	PEA 15 ANOS E MAIS ESTIMATIVA B	Em mil pessoas.	
			DIFERENÇA	
			ABSOLUTO C = A-B	PERCENTUAL D = (A/B-1,00)
Rio de Janeiro	3.966,3	4.008,8	-42,5	-1,1
São Paulo	5.225,2	6.064,1	-838,9	-13,8
Belo Horizonte	1.057,0	1.336,2	-279,2	-20,9
Porto Alegre	979,9	1.213,5	-233,6	-19,3
Salvador	672,4	899,2	-226,8	-25,2
Recife	791,8	912,7	-120,9	-13,2
TOTAL	12.692,6	14.434,5	-1.741,9	-12,1

FONTE: Quadro A-1.

mais de 15 anos, que deixaram de incorporar-se à população economicamente ativa nas seis áreas consideradas, em maio de 1982^{6/}. A taxa de ocupação da população de 15 anos e mais, ao que tudo indica, teria caído em 13%, aproximadamente.

Esta estimativa da exclusão pelo desalento, a partir das informações disponíveis, apesar dos erros que incorpore, indica a urgente necessidade de se aprofundar o estudo e a discussão do assunto. Mais ainda, torna-se necessário tabular e divulgar os dados da Pesquisa Mensal de Emprego, que permitem esclarecer a questão colocada, além de outras também importantes.

VI - CONCLUSÃO

Conforme exposto no decorrer do trabalho, dois fatores contribuíram fortemente para a queda nas taxas de desemprego observada na Pesquisa Mensal de Emprego, entre janeiro e maio de 1982. O primeiro foi a mudança metodológica realizada pela FIBGE, questionando-se mais objetivamente a situação dos informantes que não trabalham. Em segundo lugar, e talvez merecendo destaque maior, já que independente da forma com que a pesquisa é conduzida, a situação deprimida do mercado de trabalho, levando a crescentes taxas de desalento.

A Pesquisa Mensal de Emprego realizada pela FIBGE nas seis principais regiões metropolitanas do país tem, no entanto, um potencial de informações insatisfatoriamente explorado, já que poderia elucidar questões da maior relevância para o estudo do trabalho e, especialmente, para a formulação de uma política econômica visando a criação de postos de trabalho.

6/ - Veja a metodologia de cálculo em anexo.

ANEXOESTIMATIVA DA EXCLUSÃO DA PEAMETODOLOGIA DE CÁLCULO

1) - Com base nos dados dos Censos de 1970 e 1980, projetou-se a população residente nas RM, para o mês de maio de 1982. Para isto foram utilizadas as taxas de variação intercensitárias observadas na década passada, por seus valores equivalentes anuais e mensais.

2) - A partir das distribuições etárias da população urbana observadas pelo Censo de 1980, em cada estado da Federação onde se localizam as RM em questão, estimou-se a parcela das populações residentes com 10 a mais e 15 mais anos. Para isso, foram aplicadas os respectivos percentuais de participação destas parcelas da população no total da população residente nos valores encontrados na projeção para maio de 1982.

3) - Por diferença, encontrou-se a população de 10 a 14 anos em cada área metropolitana, para maio de 1982.

4) - De acordo com o Censo de 1980, a taxa de atividade da população urbana de 10 a 14 anos era de 9,2%, para dados relativos ao país. Como os estados considerados detinham, em 1980, aproximadamente 65% do total da população urbana brasileira nesta faixa de idade, adotou-se uma taxa de atividade de 10% para a população urbana de 10 a 14 anos para estimar a respectiva PEA em maio de 1982. Como as taxas de crescimento da população urbana nas faixas etárias de 5 a 9 anos e de 10 a 14 anos foram muito baixas na década passada (6,0% e 14,3%, no período, respectivamente), estar-se-ia fazendo

uma estimativa superior à população efetiva nestas faixas etárias e, por conseqüência, a população de 10 anos ou mais e de 15 anos ou mais estaria sendo subestimada.

5) - Aplicaram-se em seguida, as taxas de atividade obtidas na PME para maio de 1981, relativas à população de 10 anos e mais, à estimativa da população nesta faixa de idade realizada para maio de 1982; subtraiu-se, então, a população economicamente ativa da faixa de 10 a 14 anos, calculada anteriormente, para encontrar-se, então, a PEA 15 anos e mais relativa a maio de 1982.

6) - Comparou-se, então, as PEAs 15 anos e mais estimada com a apresentada pela PME/FIBGE, notando-se grande aproximação apenas para o Rio de Janeiro, enquanto substanciais desvios foram observados nas outras RM. No total, a PME apresenta uma PEA 12% inferior à estimada para as seis áreas metropolitanas consideradas.

7) - A taxa de atividade da PEA 15+ situava-se 13,9% acima daquela encontrada para a PEA 10+, no Censo de 1980. A taxa de atividade encontrada na estimativa realizada (coluna N) para maio de 1982, para PEA 15+, encontra-se 12,5% acima da observada na PME de maio de 1981, para PEA 10+; com relação à PME de maio de 1982, a estimativa mostra-se superior em 13,6%, embora ambas relativas a PEA 15+. O que se observa aí é, então, uma razoável queda na taxa de atividade, pois esta encontrava-se em maio de 1982, inferior à do mesmo mês de 1981, ambas medidas pela PME, apesar desta último referir-se à população de 10 anos e mais e a primeira a 15 anos e mais. No Censo de 1980 a taxa de atividade da população urbana brasileira de 15 anos e mais era de 57,1%.

REGIÕES METROPOLITANAS

ESTIMATIVAS DE POPULAÇÃO RESIDENTE, POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA E TAXAS DE ATIVIDADE

MAIO/1982

ÁREAS METROPOLITANAS	POPULAÇÃO RESIDENTE SET / 1980 (em mil)	POPULAÇÃO RESIDENTE ESTIMADA- MAIO/1982 (em mil)	ESTIM. POR DE 10 ANOS E MAIS-MAIO / 1982 (em mil)	ESTIM. POP. DE 15 ANOS E MAIS - MAIO/ 1982 (em mil)	ESTIM. POP. DE 10 a 14 ANOS - MAIO/ 1982 (em mil)	TAXA DE ATI- VIDADE - PO- PULAÇÃO 10 ANOS E MAIS PME (%)	PEA 10 ANOS E MAIS, ES- TIMADA (B) X (F) (em mil)	PEA 10 a 14 ANOS, ESTI- MADA (E) x 10%	PEA 15 ANOS E MAIS - ES- TIMADA (G) - (II)	PEA 15 ANOS E MAIS - PME	DIFERENÇA (I) - (J)		TAXAS DE ATIVIDADE 15 ANOS E MAIS MAIO/1982 (%)	
											ABSOLUTA (em mil)	(J)/(I) (%)	PME (J) ÷ (D)	ESTIMADA (I) ÷ (D)
	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N
Rio de Janeiro	9.018,6	0.018,6	7.572,7	6.692,4	880,3	54,1	4.096,8	88,0	4.008,8	3.966,3	42,5	- 1,1	59,3	59,9
São Paulo	12.588,4	13.773,2	10.701,8	9.379,6	1.322,2	57,9	6.196,3	132,2	6.064,1	5.225,2	838,9	-13,8	55,7	64,6
Belo Horizonte	2.541,8	2.786,3	2.098,1	1.780,4	317,7	65,2	1.368,0	31,8	1.336,2	1.057,0	279,2	-20,9	59,4	75,0
Porto Alegre	2.232,4	2.407,1	1.908,8	1.675,3	233,5	64,8	1.236,9	23,4	1.213,5	979,9	233,6	-19,3	58,5	72,4
Salvador	1.772,0	1.927,7	1.392,0	1.154,7	237,3	66,3	922,9	23,7	899,2	672,4	226,8	-25,2	58,2	77,9
Recife	2.348,4	2.478,9	1.831,9	1.524,5	307,4	51,5	943,4	30,7	912,7	791,8	120,9	-13,2	51,9	59,9
TOTAL	30.501,6	32.839,1	25.505,3	22.206,9	3.298,4	57,8*	14.737,3	329,8	14.434,5	12.692,6	1.741,9	-12,1	57,2	65,0

FONTE : Dados elaborados a partir de informações dos Censos de 1970 e 1980 (tabulações preliminares) e Pesquisa Mensal de Emprego, FIBGE.

NOTA : (*) - Percentual encontrado "a posteriori", com a divisão do total de G pelo total de C.

QUADRO B I

BRASIL

PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO, SEGUNDO GRUPOS DE IDADE

CENSOS	PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO (%)			
	TOTAL	GRUPOS DE IDADE (ANOS)		
		0 a 14	15 a 45	50 e mais
1950	100,0	41,9	48,8	9,3
1960	100,0	42,7	47,2	10,1
1970	100,0	42,1	47,2	10,7
1980	100,0	37,4	49,8	12,8

FONTE: IBGE, Censos Demográficos e Resultados Preliminares do Censo Demográfico de 1980, in "A População Brasileira", Conferência Prof. J. Montello, 22/08/81.

QUADRO B II

44

BRASIL

TAXA DE PARTICIPAÇÃO NA ATIVIDADE DA PEA DE 10 ANOS E MAIS, POR SEXO

SEGUNDO CENSOS

1940 - 1980

CENSOS	TAXA DE PARTICIPAÇÃO NA ATIVIDADE (%)		
	TOTAL	HOMENS	MULHERES
1940	48,4	81,8	15,4
1950	46,8	80,8	13,6
1960	46,6	77,2	16,7
1970	44,9	71,8	18,5
1980	49,7	73,1	27,0

FONTE: IBGE, Censos Demográficos e Resultados Preliminares do Censo Demográfico de 1980, in
"A População Brasileira", Conferência Prof. J. Montello, 22/08/81.

QUADRO B III

REGIÕES METROPOLITANAS (RJ, SP, BH, PA, SA, RÊ)

PARTICIPAÇÃO DA PEA NA POPULAÇÃO RESIDENTE TOTAL

1976/1978/1982

REGIÃO METROPOLITANA	1976 ⁽¹⁾	1977 ⁽¹⁾	1978 ⁽¹⁾	1980 ⁽²⁾ (Maio)
Rio de Janeiro	36,5	37,5	39,0	42,2
São Paulo	41,5	42,6	43,0	38,5
Belo Horizonte	-	-	39,3	38,4
Porto Alegre	-	-	44,6	41,1
Salvador	-	-	35,4	35,2
Recife	-	-	33,9	32,2
TOTAL	-	-	40,4	39,0

FONTES : PNADs 1976 a 1978, Censo 1980 e PME, maio/1982. Dados manipulados.

NOTAS : (1) - PNADs: PEA 10 anos e mais.

(2) - PME 82: PEA 15 anos e mais.

QUADRO B IV

PESQUISA MENSAL DE EMPREGO

PARTICIPAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO (POPULAÇÃO DE 10 ANOS E MAIS)

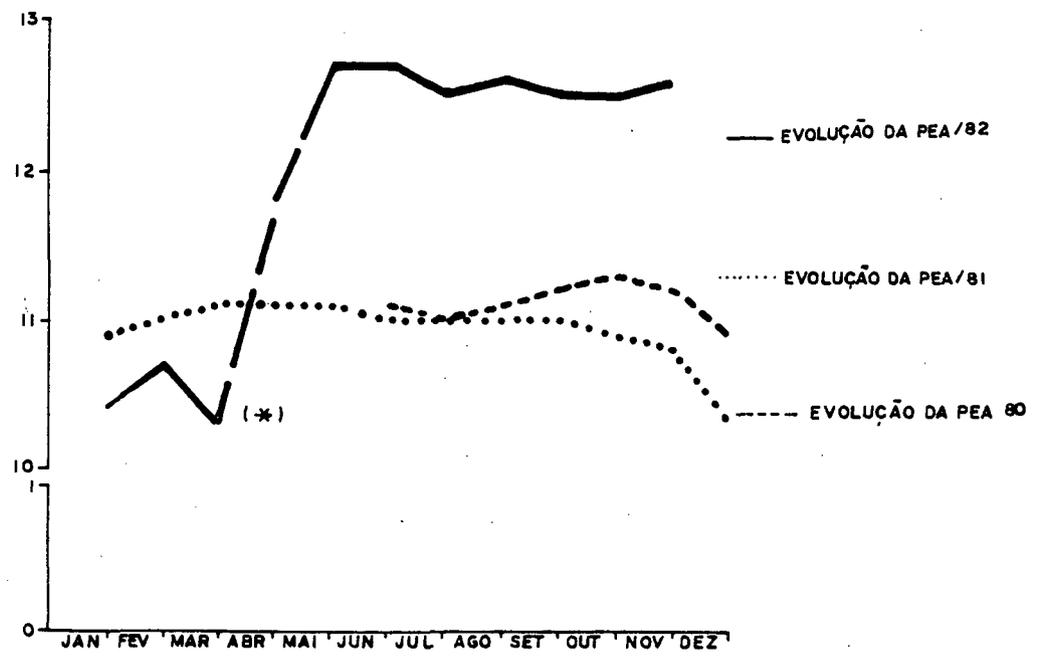
MAIO DE 1981

ÁREA METROPOLITANA	TAXA DE ATIVIDADE (%)
Rio de Janeiro	54,06
São Paulo	57,94
Belo Horizonte	65,21
Porto Alegre	64,77
Salvador	66,32
Recife	51,54

FONTE : Pesquisa Mensal de Emprego, FIBGE.

REGIÕES METROPOLITANAS (1)

EVOLUÇÃO DA PEA - 80/81/82

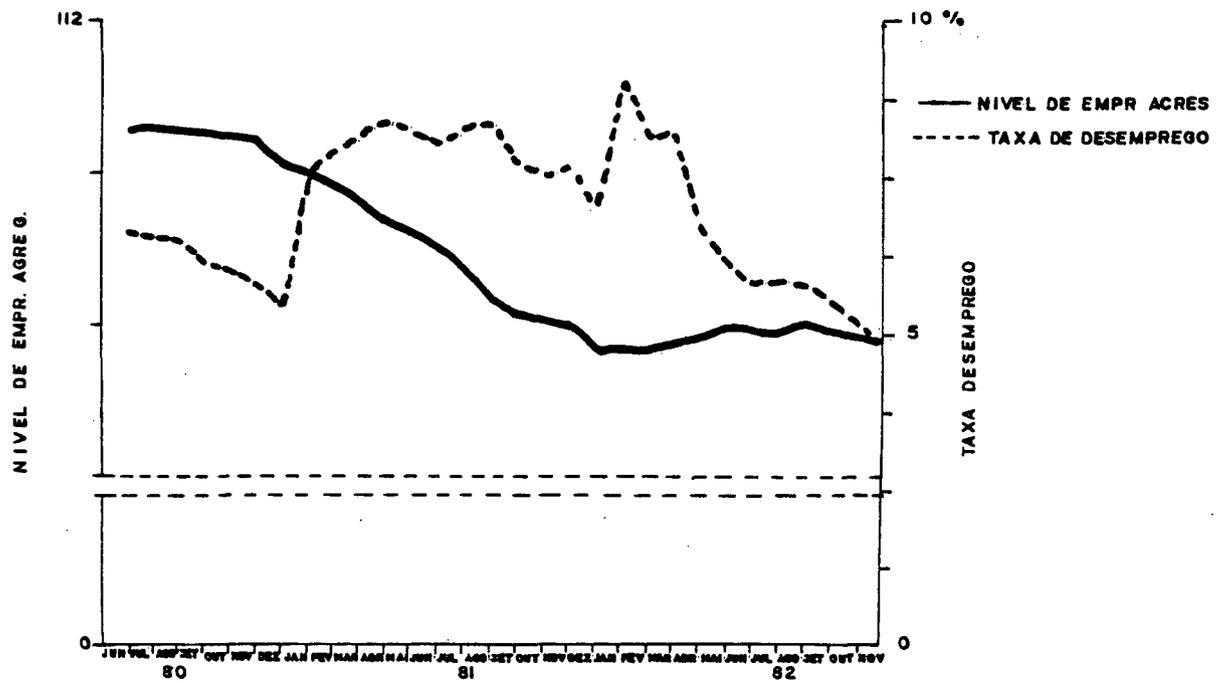


FONTE: SINE/FIBGE

(*) MUDANÇA METODOLÓGICA E AMOSTRAL

REGIÕES METROPOLITANAS (1)

EVOLUÇÃO DA PEA - 80/81/82



FONTE: SIME/

EMPREGO E MÃO-DE-OBRA NO BRA
SIL NOS ANOS SETENTA

José Carlos P. Peliano

Novembro de 1982

I.2 - EMPREGO E MÃO-DE-OBRA NO BRASIL NOS ANOS SETENTA

2.1 - Análise das Transformações Estruturais no Emprego e Mão-de-Obra

O CNRH realizou um exercício de prospecção^{1/}, em 1973, indicando as prováveis transformações estruturais que iriam ocorrer no mercado de trabalho urbano e rural na década de 70. Esse exercício detalhou os principais elementos componentes da oferta e demanda da mão-de-obra e apontou os possíveis desajustes setorialmente localizados que, uma vez em curso e manifestos, deveriam ser objeto e alvo de atenção por parte do Governo através de estratégias e programas específicos de uma política de emprego.

Realizado o Censo de 80, torna-se oportuna e necessária a tarefa de comparação das informações do exercício de prospecção com as informações censitárias, de modo a verificar o maior ou menor grau de precisão daquelas projeções. Mais do que um simples teste daquele exercício, essa comparação permite detidamente localizar e avaliar as maiores discrepâncias, identificando os fatores que provavelmente mais contribuíram para os resultados demográficos e econômicos não esperados.

As discrepâncias entre as projeções e as informações censitárias devem ser entendidas como modificações estruturais marcantes que refletem as transformações econômicas ocorridas nos anos setenta e que, como tais, necessitam ser examinadas enquanto condicionantes do nível de emprego e do volume de mão-de-obra e enquanto parâmetros da evolução e tendência do mercado de trabalho.

^{1/} "Política de Emprego - Oferta e Demanda da Mão-de-Obra, 1970/1980", CNRH/IPLAN, outubro de 1973, mimeo. (Vide Anexo I).

A - O Comportamento da Mão-de-Obra

Sobre as perspectivas do crescimento e composição da oferta de mão-de-obra nos anos setenta, era o seguinte o quadro de referência:

a) Alterações Esperadas na Oferta de Mão-de-Obra

i) Menor crescimento populacional, devido à conjugação das tendências das taxas de mortalidade, natalidade e fecundidade então observadas nos últimos anos.

ii) Maior participação dos velhos (60 anos e mais), resultante tanto da diminuição prevista dos grupos jovens (10 a 15 anos) como do reduzido aumento da participação dos adultos (15 a 59 anos), também previsto.

iii) Maior participação feminina na PEA, seguindo tendência já observada nas décadas anteriores: maiores taxas de atividade feminina aliadas à diminuição da participação masculina, ambos os fenômenos igualmente de manifestação mundial.

iv) Baixo crescimento da PEA rural, dado o comportamento histórico observado na ocupação e exploração econômicas das áreas rurais.

v) Urbanização crescente, perspectiva esta ligada ao comportamento da população rural aliada às vantagens comparativas crescentes da vida urbana (industrialização).

vi) Intensificação das migrações para as regiões Norte e Centro-Oeste, diante da abertura das fronteiras agrícolas principalmente em Rondônia, Pará e Norte de Mato Grosso.

vii) Diminuição da emigração nordestina, resultante, de um lado, da atenuação progressiva da saída de fluxos migratórios nos últimos anos e, de outro, dos prováveis impactos das políticas de investimentos do Governo, notadamente nos setores não-agrícolas.

De fato, as alterações esperadas na oferta de mão-de-obra confirmaram-se ao longo da década quando se comparam as projeções do CNRH com as informações censitárias (Tabela 1).

No entanto, registraram-se alterações na oferta de mão-de-obra que surpreenderam não só por sua magnitude quanto por suas variações. Assim:

b) Alterações Não-Esperadas na Oferta de Mão-de-Obra^{2/}

i) Acréscimo considerável da PEA feminina: cerca de 2.800 mil ou 33% a mais que as previsões.

ii) Expansão pronunciada nas taxas de atividade das mulheres: dos esperados 15% para os 20% ocorridos.

iii) Elevado aumento na participação dos velhos: cerca de 11% ou 700 mil a mais que as previsões.

iv) Elevado aumento da PEA no Sudeste: cerca de 24% ou 3.000 mil a mais que as previsões.

B - O Comportamento do Emprego

Sobre as perspectivas do crescimento e distribuição da demanda de mão-de-obra nos anos setenta, era o seguinte o quadro de referência:

^{2/} Casos nos quais as projeções realizadas ficaram muito distantes dos resultados observados pelo Censo de 1980.

ALTERAÇÕES NA OFERTA DE MÃO-DE-OBRA: 1970-1980

Fontes	Censo de 1970	Projeção para 1980	Censo de 1980	(c) ÷ (b)
Indicadores	(a)	(CNRH) - (b)	(c)	
1. População Total (milhares)	93.204	120.366	119.071	0,99
- 0 a 9 anos	27.200	32.701	31.198	0,95
- 10 a 14 anos	11.665	13.951	14.234	1,02
- 15 a 59 anos	49.405	66.794	65.969	0,99
- 60 anos e mais	4.934	6.920	7.670	1,11*
2. PEA TOTAL (milhares)	29.557	39.210	43.797	1,12*
2.1 - Sexo:				
- Masculino	23.392	30.184	31.758	1,05
- Feminino	6.165	9.026	12.039	1,33*
2.2 - Domicílio:				
- Urbano	16.473	25.457	30.463	1,20*
- Rural	13.071	13.753	13.333	0,97
2.3 - Regiões:				
- Norte/Centro-Oeste	2.553	4.314	4.526	1,05
- Nordeste	8.362	11.529	11.453	0,99
- Sudeste	13.150	16.431	20.313	1,24*
- Sul	5.480	6.941	7.505	1,08
3. Taxas de Atividade (%)				
- Homens	50,5	50,4	53,7	1,07
- Mulheres	13,2	15,0	20,0	1,33*

FONTES: FIBGE (dados originais) e CNRH/IPLAN (dados elaborados).

a) Alterações Esperadas na Demanda de Mão-de-Obra

i) Queda na absorção da mão-de-obra rural, basicamente resultado da penetração crescente e progressiva do capitalismo no campo diante dos fortes aumentos da produtividade via introdução de técnicas de produção modernas e poupadoras de mão-de-obra.

ii) Aumento na absorção da mão-de-obra urbana (principalmente pelo setor prestação de serviços) — o setor industrial deveria crescer em média 5% a.a., enquanto o setor terciário absorveria a diferença entre o acréscimo da mão-de-obra urbana e o acréscimo da mão-de-obra secundária (a grande maioria iria se acomodar na prestação de serviços).

Claramente as informações censitárias confirmaram estas alterações em confronto com as projeções do CNRH (Tabela 2).

Houveram alterações, no entanto, que superaram em muito as estimativas em determinadas atividades, a saber:

b) Alterações Não-Esperadas na Demanda de Mão-de-Obra^{3/}

i) Bom desempenho da Indústria de Transformação.

ii) Excessiva absorção de mão-de-obra pelo setor prestação de serviços.

iii) Fraco desempenho da Indústria de Construção

^{3/} Ibid (ver nota 2)

ALTERAÇÕES NA DEMANDA DE MÃO-DE-OBRA: 1970-1980

(PEA em Milhares)

Fontes Setores	Censo de 1970 (a)	Projeção para 1980 (CNRH) - (b)	Censo de 1980 (c)	(c) ÷ (b)
1. Primário	13.090	13.753	13.109	0,95
2. Secundário	5.264	9.827	10.675	1,09
- Indústria de Transformação	3.190	5.390	6.859	1,27*
- Construção	1.735	3.798	3.151	0,83*
- Outros	340	639	665	1,04
3. Terciário	11.203	15.630	19.130	1,22*
- Comércio, Transporte, Comunicações	3.527	6.879	5.927	0,86
- Atividades Sociais e Administração Pública	2.636	4.073	4.857	1,19
- Prestação de Serviços e Outros	5.040	4.678	8.346	1,78*
4. Total	29.557	39.210	42.914	1,09

FONTE: FIBGE (dados originais) e CNRH/IPLAN (dados elaborados).

C - Considerações sobre os Comportamentos da Mão-de-Obra e do Emprego

A comparação das projeções do CNRH com as informações censitárias forneceu as indicações necessárias sobre a conformação das alterações esperadas e não esperadas na oferta e na demanda de mão-de-obra. Com o objetivo de melhor especificar e localizar as alterações não-esperadas na oferta e na demanda de mão-de-obra foi elaborada a tabela 3.

Do lado da oferta de mão-de-obra, as alterações não-esperadas concentraram-se mais no aumento considerável da população feminina em atividades outras que os afazeres domésticos e as tarefas escolares. Cerca de 3 milhões de mulheres ingressaram no mercado de trabalho além do previsto, o que significou um contingente anual médio de 300 mil mulheres que foram trabalhar fora de casa. Em escala menor, também a população masculina superou as previsões em torno de 1,5 milhões, ou seja, cerca de 150 mil homens passaram a trabalhar anualmente além dos estoques esperados.

Nestes termos, o mercado de trabalho foi ampliado, na última década, por atividades exercidas por um contingente não previsto de cerca de 10% da PEA total de 1970, isto é, de cada 10 pessoas trabalhando em 1970 houve o acréscimo adicional de mais uma na década, enquanto que para cada 2 mulheres igualmente 1 homem adicionalmente ingressou no mercado de trabalho.

Do lado da demanda de mão-de-obra, as alterações não-esperadas ficaram basicamente por conta das performances dos setores de prestação de serviços e da indústria de transformação. Esta demonstrou que ainda tem capacidade de absorver mão-de-obra acima de seu desempenho histórico, contrariando, de um lado, as previsões conservadoras (aqueles que consideram que o crescimento industrial tende a se situar em torno das taxas médias históricas) e,

TABELA 3

DISTRIBUIÇÃO DAS ALTERAÇÕES NÃO-ESPERADAS NA OFERTA E DEMANDA
DE MÃO-DE-OBRA: 1970-1980

Indicadores	PEA (Milhares)	Δ%	
<u>1. Oferta</u>			
<u>"Excesso" de PEA</u>	<u>3 704</u>		<u>100,0</u>
1.1 - <u>Sexo:</u>			
. Homens	983		26,5
. Mulheres	2 721		73,5
<u>2. Demanda</u>			
<u>"Excesso" de Ocupações</u>	<u>3 704</u>		<u>100,0</u>
2.1 - <u>Setores</u>			
. Indústria Transformação	1 469	24,7	
. Administração Pública	784	13,2	
. Prestação de Serviços	3 668	61,7	
. Outros	26	0,4	
<u>Sub-Total</u>	<u>5 947</u>	<u>100,0</u>	<u>160,6</u>
. Primário	- 644	28,7	
. Construção Civil	- 647	28,9	
. Comércio, Transporte e Comunicações	- 952	42,4	
<u>Sub-Total</u>	<u>- 2 243</u>	<u>100,0</u>	<u>- 60,6</u>

FONTE: FIBGE (dados originais); CNRH/IPLAN (dados elaborados)

de outro, as pessimistas (aqueles que consideram que a indústria tende a absorver progressiva e absolutamente menos mão-de-obra) . Já o setor de prestação de serviços, mais uma vez ratificou o seu papel de refúgio dos migrantes rurais recentes, dos poucos qualificados e dos mais pobres em geral, na medida em que continua sendo o depositário das atividades de trabalho "mal remuneradas".

Em escala menor ressaltaram-se, em um grupo, as atividades sociais e a administração pública e, em outro, comércio, transportes e comunicações, como aqueles setores que positiva e negativamente superaram as expectativas do desempenho na absorção de mão-de-obra na década.

Já o notável aumento da população economicamente ativa feminina foi devido ao grupo etário de 15 a 49 anos, jovens e adultos, o qual apresentou elevada taxa de atividade e provocou o "excesso" de mulheres no mercado de trabalho — notadamente nas áreas urbanas da região Sudeste (dados não tabelados). Esta significativa performance das mulheres da era industrial, substituindo o trabalho de dentro de casa pelo trabalho fora de casa, foi o principal fator responsável pela forte subestimação das previsões não só do crescimento da força de trabalho quanto da expansão das oportunidades efetivas de emprego na década dos setenta.

A par do esperado ingresso progressivo das mulheres no mercado de trabalho, portanto, foi observado um aumento surpreendente no tamanho da população economicamente ativa feminina que escapa a quaisquer explicações imediatas e simplistas. Antes de se aceitar integralmente a precisão e a fidedignidade dos resultados encontrados, deve-se ter a devida cautela analítica, no mínimo porque ainda se está trabalhando com informações censitárias preliminares.

De qualquer forma, no entanto, não seria irrealista supor que a população feminina tenha efetivamente aumentado sua participação no mercado de trabalho não só por razões demográficas (relativo acréscimo das mulheres em idade de trabalho), quanto por razões sociais (modificações pronunciadas na participação política das mulheres), mas, principalmente, por razões econômicas (vide o achatamento dos ganhos individuais e familiares).

ANEXO IPOLÍTICA DE EMPREGOOFERTA E DEMANDA DE MÃO-DE OBRA, 1970-19801. OFERTA DE MÃO-DE-OBRA1.1 População e Taxa de Atividade

As últimas projeções do IBGE prevêm, para a década de 70, uma diminuição no ritmo de crescimento da população em relação à década anterior (ver tabela 1). A taxa de crescimento agora seria de 2,6% a.a. A população de 0 a 9 anos, que em 1970 representava 29,2% do total, em 1980 passaria a 27,2%, crescendo a apenas 1,9% a.a., enquanto que a "população em idade ativa" (10 anos a mais) crescerá a 2,9%. Isto por si só terá efeitos positivos sobre a taxa de atividade. E, dentro da "população em idade ativa", os grupos etários que mais crescerão (15 a 59 anos) são também aqueles que naturalmente apresentavam as maiores taxas de atividade, o que vem reforçar a afirmação anterior:

TAXA DE CRESCIMENTO POR GRUPOS DE IDADE, 70/80

10 a 14 e 60 e +	2.4
15 a 59	3.1

Assim, a tendência declinante da taxa de atividade no Brasil deverá se inverter, principalmente se continuar a tendência a uma maior participação feminina. Esta tendência, entre os anos 60 e 70, não foi suficiente ainda para compensar a diminuição

da participação masculina, que aliás é um fenômeno mundial. No entanto, como a participação masculina diminui de forma mais intensa entre os grupos mais jovens (10 a 19 anos) e velhos (60 e+), e as mulheres crescem em participação nas faixas intermediárias, é possível que, devido as alterações nos pesos desses grupos no total, ocorra agora um "ganho líquido" em força de trabalho.

Para estimar a PEA em 1980 vamos então supor que:

a) A participação masculina nos grupos de idade 10 a 19, 60 e +, pode ser projetada linearmente a partir da tendência 1960/1970.

b) O mesmo pode ser feito para as mulheres em todos os grupos de idade.

c) Os homens entre 20 e 59 anos terão uma participação igual a 1970.

Utilizando esses critérios, chegaremos a 1980 com uma força de trabalho de 39.210 mil pessoas (ver tabela 2), crescendo na década a 2,9% a.a.. A mão-de-obra masculina crescerá a 2,6% a.a., enquanto que a feminina crescerá a 3,9% a.a., resultando daí uma diminuição de índice de masculinidade de 3,8 em 70 para 3,3 em 1980. Em termos de composição etária a PEA assim estimada se apresenta mais "favorável" que a de 70, pois os grupos mais produtivos, isto é, de 20 a 59 anos passam de uma participação de 74,5% em 70 para 79,4 em 1980. A taxa global de atividade agora seria de 32,6%, sendo de 50,4% para os homens, e de 15% para as mulheres.

Essa baixa - se bem que em ascensão - taxa de atividade feminina merece um pequeno comentário. É importante assinalar a diferença entre campo e cidade como registra o censo demográfico. A taxa de atividade feminina no meio rural segundo o censo de 70 é de apenas 6,3% enquanto que a urbana é de 18,3%. Se bem que a

mudança de hábitos possa ser importante, certamente não explica toda essa diferença. O problema deve ser muito mais o de conceituação do censo demográfico. Tanto é assim que os censos agropecuários registram, sistematicamente, uma força de trabalho feminina bastante superior:

ÍNDICE DE MASCULINIDADE NOS CENSOS

	40	50	60	70
Demográfico	6,4	12,5	9,0	9,2
Agropecuário	2,1	2,5	2,5	

Propomos então, para efeito de estimar a força de trabalho rural, que se "corrija" o censo demográfico segundo o critério adotado por vários autores ^{a/} para o censo de 50, ou seja, adotando a força de trabalho masculina pelo censo demográfico e a feminina pelo censo agropecuário. Com esse critério temos, em 1970, uma força de trabalho rural de 17.006 mil pessoas, ou seja, 30% superior à registrada. Projetando a PEA com este critério, teríamos em 1980, 43.833 mil trabalhadores e uma taxa de atividade de 36% (ver tabela 3).

1.2 Distribuição Rural-Urbana

Tudo indica que a população rural não deverá crescer mais, havendo, inclusive, razões para crer que irá diminuir ^{b/}. Faremos, no entanto, a hipótese de que se mantenha constante ao nível de 1970 (ver tabela 4). A urbanização, nesse caso, estimada por resíduo, dar-se-ia a um ritmo de 4,3% a.a., bastante inferior ao das últimas décadas. Em 1980 a população urbana representaria 66% da população total.

Teríamos então:

a/ - Ver "Aspectos Econômicos e Demográficos da Mão-de-Obra no Brasil" (1940 / 64), IPEA, Setembro de 1969, pag. 15, nota 2.

b/ - Ver documento "Política de Emprego", CNRH, set. de 1972.

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, 1970/80.

	1970	1980	Acréscimo Absoluto	taxa de crescimento
TOTAL	29.557	39.210	9.653	2.9
URBANA	16.473	25.457	8.984	4.4
RURAL	13.071	13.753	682	0.5
HOMENS	23.392	30.184	6.792	2.6
MULHERES	6.165	9.026	2.861	3.9
PEA rural corrigida	17.006	17.893	887	0.5

1.3 Regionalização

Observando-se as tendências da participação regional no total da população a partir de 1940, fizemos as seguintes suposições:

- a) não haveria nenhuma inversão de tendência;
- b) o Norte e o Centro-Oeste aceleram sua tendência a uma participação maior;
- c) o Sul permanecerá estável.
- d) o NE seguirá perdendo em participação mas a um ritmo menor.
- e) o SE (por resíduo) permanece praticamente com a mesma participação.

Ou seja, em 1980 as participações regionais seriam:

	1970	1980
NO/CO	9.3	11.0
SUL	17.7	17.7
NE	30.2	29.4
SE	42.8	41.9
TOTAL	100.0	100.0

Aplicando esses números à população total (tabela 4) temos uma projeção de população por região. Aproveitando projeções anteriores, (exponenciais) da população urbana por região, simplesmente ajustamos o total à nossa população urbana e mantivemos as participações relativas das regiões. A população rural por região sai por resíduo. Vemos então que a região sul quase não aumentou sua população rural, enquanto que o Sudeste perde mais de quatro milhões de pessoas no campo. O Nordeste ainda seria capaz de reter aproximadamente a metade de seu crescimento vegetativo, enquanto que o Norte e Centro-Oeste receberão imigrantes em forma acelerada. Tudo isso parece muito lógico.

Quanto à PEA urbana e rural, total e por regiões, adotamos os seguintes supostos:

a) A relação entre a taxa de atividade urbana e rural seguiria a tendência de 40 a 70 mas a um ritmo menor (em 1980 esta relação seria 0,96);

b) As taxas nacionais podem ser aplicadas às regiões.

Temos assim (tabela 4) uma estimativa da oferta de mão-de-obra por regiões, urbana e rural para 1980.

2. DEMANDA DE MÃO-DE-OBRA

2.1 Setor Primário

Dada a taxa de crescimento do produto setorial, de 7,5% a.a., e o crescimento da disponibilidade de mão-de-obra de apenas 0,5% a.a., temos que supor que a agricultura apresentará fortes aumentos de produtividade em certas regiões, simultaneamente com a absorção de mão-de-obra subempregada. Mesmo que a produtividade em média aumente à taxa verificada entre 60 e 70, 3,5% a.a., o que significa uma demanda de mão-de-obra de 4% a.a. para alcançar a meta do produto, tudo indica que o setor dispõe de uma reserva de mão-de-obra subempregada suficiente. Certamente esta reserva não

estará sempre disponível nas regiões mais dinâmicas, o que exigirá uma atenção especial para o problema das migrações internas.

2.2 Setor Secundário

2.2.1 Indústria de Transformação

Utilizando-se a estimativa da elasticidade emprego-produto (0,35) e a taxa de crescimento do produto industrial (11,5% a.a.), ambas fornecidas pelo Setor de Indústria do IPLAN, pode-se calcular a ocupação industrial em 1980.

$$\text{Como } \epsilon = \frac{\Delta L}{\Delta Y} \cdot \frac{Y}{L} ,$$

$$\Delta L = 0,35 \times 1.96993 \times 3190 = 2.200$$

Assim, a ocupação industrial em 1980 seria de 5.390 mil, o que implica uma absorção anual à taxa de 5,4%.

2.2.2 Construção

Vamos supor que o setor seja capaz de manter a performance da década passada, ou seja, que siga absorvendo mão-de-obra a uma taxa de 8% a.a.. Como o emprego na construção em 1970 foi de 1.735 mil pessoas, teríamos em 80 um emprego de 3.798 mil, um acréscimo, portanto, de 2.063 mil.

2.2.3 Outros Setores do Secundário

Como parece razoável admitir que a indústria Extrativa Mineral e os Serviços de Utilidade Pública manterão, em conjunto, sua participação no emprego total do setor secundário (6,5%), podemos calcular tanto esse emprego total como o emprego daqueles outros:

$$\text{Ind. Transn.} + \text{Construção} + 0.065 \text{ Secund.} = \text{Secundário}$$

o que dá para 80:

EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO NO SETOR SECUNDÁRIO, 1970-80

	1970	1980	CRESCIMENTO ABSOLUTO	TAXA DE CRESCIMENTO (%)
SECUNDÁRIO	5.264	9.827	4.563	6.4
Ind. Transf.	3.190	5.390	2.200	5.4
Construção	1.735	3.798	2.063	8.0
Outros	340	639	299	6.5

2.3 Setor Terciário

O terciário deverá absorver a diferença entre o crescimento da mão-de-obra urbana e o do Secundário. Este suposto é válido uma vez que o terciário possui uma parcela considerável de mão-de-obra composta de autônomos ou empregados domésticos cuja renda, não sujeita a qualquer rigidez, permite acomodar tantos quanto se ofereçam para trabalhar.

Dado que a PEA urbana estimada para 1980 é de 25.457 mil pessoas e que o secundário absorveria 9.827 mil, "sobra" para o terciário 15.630. Um crescimento anual em relação a 1970 de apenas 3,4%. Essa taxa relativamente baixa, principalmente se confrontada com a taxa esperada de crescimento do "produto" setorial (10,4% a.a.), pode dar a impressão de escassez de mão-de-obra. No entanto, assim como na agricultura, o setor dispõe de uma ampla reserva de mão-de-obra subempregada, que deverá perder significativamente em importância caso se verifiquem as metas de crescimento. Aqueles subsetores do Terciário que irão demandar efetivamente mão-de-obra poderão ser facilmente atendidos (pelo menos em quantidade), como veremos a seguir.

Comércio, Transporte, Comunicações e Armazenagem mantêm uma relação relativamente estável com o emprego total no secundário, que varia de 87 ou 88%, segundo os censos de 1940 e 60, e 67% pelo censo de 70. Vamos supor para 1980 que o emprego se situe, nesses ramos, em 70% do emprego no Secundário, o que dá uma demanda de 6.879 mil pessoas em 1980.

Os sub-setores mais ligados ao Governo, isto é, Atividades Sociais e a própria Administração Pública, apresentam desde 1940 um crescimento em relação à PEA urbana que era, naquele ano, de 12%, e, em 1970, chegou a 16%. Vamos supor que se estabilize nesse nível, o que implica num emprego, e 1980, de 4.073 mil pessoas.

Assim, os demais sub-setores do Terciário (Prestação de Serviços e Outras Atividades) contarão com apenas 4.678 mil pessoas, o que representa uma diminuição de 362 mil pessoas em relação a 1970. No entanto, dado que não é exagerado supor que metade das pessoas ocupadas aqui estão subempregadas, vemos que a disponibilidade de mão-de-obra prevista para o terciário é perfeitamente compatível com as metas de crescimento econômico.

Resumindo, as hipóteses anteriores conduzem ao seguinte quadro de oferta e demanda de mão-de-obra para 1980:

	OFERTA (PEA)	DEMANDA	TAXA DE CRESCIMENTO 1970/80
TOTAL	39.210	39.210	2.9
RURAL	13.753	13.753	0.5
URBANA	25.457	25.457	4.4
SECUNDÁRIO		9.827	6.4
Ind. Transformação		5.390	5.4
Construção		3.798	8.0
Outros		639	6.5
TERCIÁRIO		15.630	3.4
Com., Transp., Comunic. e Armazenagem		6.879	6.9
At. Sociais, Adm. Pública		4.073	4.4
Resto		4.678	-

Se considerarmos como "criação de empregos" urbanos a soma dos acréscimos verificados no setor secundário, Comércio, Transporte, Comunicação e Armazenagem, Atividades Sociais, Administração

Pública e metade da Prestação de Serviços e Outras Atividades, vemos que, em relação a 1970, seriam criados 9.203 mil empregos urbanos (o que representa uma taxa de 5,2% a.a.), caso se concretizem as metas de crescimento. Como a mão-de-obra urbana crescerá a 4.4% a.a., segundo nossas hipóteses, o resultado será uma diminuição considerável do subemprego urbano.

Aliás, se verificarmos a evolução da participação relativa dos setores que mais concentram mão-de-obra de baixa remuneração - agricultura, prestação de serviços e outras atividades - veremos que as estimativas acima indicam para 1980 uma queda acentuada desses setores:

PARTICIPAÇÃO NA PEA DOS SETORES DE BAIXA REMUNERAÇÃO (%)

1940	1950	1960	1970	1980
77.4	71.2	69.3	60.3	47.0

Em termos de Política de Emprego a conclusão que essas projeções sugerem é que a política de crescimento é uma política de emprego também. Ou seja, dificilmente uma reorientação da política econômica ou um conjunto de medidas paralelas poderiam ter efeitos muito mais dinamizadores sobre a demanda de mão-de-obra.

Mas é claro que aumentar a absorção de mão-de-obra é apenas um aspecto da política de emprego. A melhoria do funcionamento do mercado de trabalho (migrações internas e serviços de colocação por exemplo) e o treinamento profissional são aspectos que de verão merecer maior atenção.

TABELA 1

POPULAÇÃO POR SEXO E IDADE

IDADES	1 9 7 0			1 9 8 0			TAXAS DE 70/80		
	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES
0 a 4	13.899	7.020	6.879	17.253	8.767	8.485	2,2	2,2	2,1
5 a 9	13.301	6.730	6.571	15.448	7.834	7.614	1,5	1,5	1,5
10 a 14	11.665	5.850	5.816	13.951	7.008	6.944	1,8	1,8	1,8
15 a 19	10.203	4.934	5.270	13.213	6.603	6.610	2,6	3,0	2,3
20 a 24	8.422	4.063	4.359	11.276	5.613	5.663	3,0	3,3	2,7
25 a 29	6.547	3.202	3.344	9.816	4.809	5.007	4,2	4,2	4,2
30 a 39	10.782	5.317	5.465	14.619	7.149	7.470	3,1	3,0	3,2
40 a 49	8.094	4.088	4.007	10.416	5.120	5.296	2,6	2,3	2,8
50 a 59	5.355	2.703	2.652	7.454	3.699	3.756	3,4	3,2	3,5
60 a 69	3.067	1.550	1.518	4.474	2.200	2.274	3,9	3,5	4,1
70 e +	1.693	789	905	2.446	1.146	1.300	3,8	3,8	3,7
Idade Ignorada	174	85	89	-	-	-	-	-	-
TOTAL	93.204	46.331	46.874	120.366	59.948	60.418	2,6	2,6	2,6

TABELA 2

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA POR SEXO E IDADE

IDADES	1 9 7 0			1 9 8 0			TAXAS 70/80		
	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES
10 a 14	1.513	1.136	377	1.118	771	347	-	-	-
15 a 19	4.389	3.104	1.285	5.053	3.268	1.785	1,4	0,5	3,3
20 a 24	4.793	3.576	1.217	6.808	4.939	1.869	3,6	3,3	4,4
25 a 29	3.749	2.990	759	5.921	4.569	1.352	4,7	4,3	5,9
30 a 39	6.230	5.097	1.133	8.690	6.935	1.755	3,4	3,1	4,5
40 a 49	4.588	3.805	783	5.925	4.813	1.112	2,6	2,4	3,6
50 a 59	2.662	2.262	400	3.782	3.181	601	3,6	3,5	4,2
60 a 69	1.198	1.043	155	1.569	1.364	205	2,7	2,7	2,8
70 e +	358	315	43	344	344	-	-	0,9	-
Idade Ignorada	79	64	15	-	-	-	-	-	-
TOTAL	29.557	23.392	6.165	39.210	30.184	9.026	2,9	2,6	3,9

TABELA 3 - "CORREÇÃO" DA PEA

CENSOS	HOMENS PELO CENSO DEMO GRÁFICO	MULHERES PE LO CENSO AGRO PECUÁRIO	PEA RURAL	PEA NÃO AGRÍCOLA	TOTAL	TAXAS DE ATIVIDADE		
						AGRÍCOLA	NÃO AGRÍCOLA	TOTAL
40	8.415	3.659	12.074	5.033	17.107	426	391	415
50	9.496	3.123	12.619	6.864	19.483	381	365	375
60	10.942	4.522	15.464	10.488	25.952	394	331	370
70	11.792	5.214 (*)	17.006	16.474	33.480	414	316	359
80 (**)	-	-	17.876	25.457	43.333	435	321	360

(*) Supondo que o índice de masculinidade do Censo Agropecuário de 1970 seja o mesmo de 50 e 60 = 2.5.

(**) PEA rural em 80 = PEA 70 à taxa de 0,5% a.a..

TABELA 4

POPULAÇÃO

REGIÕES	1 9 7 0			1 9 8 0			TAXAS 70/80		
	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL
NO/CO	8.682	4.065	4.617	13.240	6.816	6.424	4,3	5,3	3,4
NE	28.135	11.758	16.377	35.388	16.803	18.585	2,3	3,6	1,3
SE	39.869	28.967	10.902	50.433	43.831	6.602	2,4	4,2	-
SUL	16.518	7.308	9.210	21.305	11.810	9.495	2,6	4,9	0,3
BRASIL	93.204	52.098	41.106	120.366	79.260	41.106	2,6	4,3	0

REGIÕES	POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA						TAXAS 70/80		
	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL (**)	URBANA (**)	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL
NO/CO	2.553	1.145	1.409	4.314	2.189	2.125	5,4	6,7	4,2
NE	8.362	3.204	5.158	11.529	5.397	6.132	3,3	5,3	1,7
SE	13.150	9.610	3.541	16.431	14.079	2.352	2,2	3,9	-
SUL	5.480	2.515	2.964	6.941	3.793	3.148	2,4	4,2	0,6
BRASIL	29.545	16.473	13.071	39.210	25.457 (*)	13.753 (*)	2,9	4,4	0,5

(*) Projeção da Relação entre taxas de atividade Urbana e Rural dos anos 50/60/70.

(**) Aplicação da Taxa Nacional às Regiões.

ASPECTOS DA DISTRIBUIÇÃO DA
RENDA NO BRASIL: 1960-1980

José Carlos P. Peliano

Outubro de 1982

I.3 - ASPECTOS DA DISTRIBUIÇÃO DA RENDA NO BRASIL:
1960 - 1980

José Carlos Pereira Peliano

Brasília, outubro de 1982.

I.3 - ASPECTOS DA DISTRIBUIÇÃO DA RENDA NO BRASIL: 1960-1980

3.1 - Distribuição da Renda Pessoal Total

Acompanhando a tendência da década passada, nos anos 70, aumentou a desigualdade na distribuição da renda pessoal do trabalho — renda monetária proveniente da ocupação principal das pessoas economicamente ativas (PEA). Os ganhos monetários propiciados pelo crescimento econômico foram, portanto, apropriados proporcionalmente mais por alguns poucos indivíduos em relação à maioria da população. O aumento progressivo dos percentuais da razão de concentração de Gini atesta claramente este fato nos três momentos considerados: 1960, 1970 e 1980 (Tabela 1).

Ao longo das décadas de sessenta e setenta, os primeiros decis ou estratos inferiores persistiram absorvendo parcelas da renda total menores que aquelas dos demais estratos, notadamente em relação aos extremos das distribuições. Os últimos decis ou estratos superiores, por sua vez, aumentaram progressivamente sua participação.

Os aumentos nas rendas médias reais foram mais expressivos para o estrato superior (Tabela 2). Muito embora todos os estratos tenham melhorado de situação por todo o período, a ponto de atingirem na última década níveis de aumento próximos ao registrado para o estrato superior, o fato é que este conseguiu apropriar-se muito mais dos ganhos de renda ocorridos nas duas décadas — o aumento de sua renda superou em cerca de 1 vez e meia o aumento das rendas dos estratos médios (superior e inferior) e em cerca de 3 vezes o aumento na renda do estrato inferior.

TABELA 1

DISTRIBUIÇÃO DA RENDA PESSOAL: BRASIL 1960-1980

Decis da PEA ^{a/} (%)	Anos	Participação na Renda Pessoal (%)		
		1960	1970	1980
- 10		1,53	1,25	1,10
- 40		14,49	13,66	13,27
+ 40		43,03	38,41	37,79
+ 10		40,95	46,68	47,84
TOTAL		100,00	100,00	100,00
Gini: Limite Inferior		0,518	0,562	0,573
Limite Superior		0,535	0,571	0,591

FONTE: FIBGE (dados originais), CNRH/IPLAN (dados elaborados).

NOTAS: a/ Exclui pessoas sem rendimento e sem declaração de rendimento.

TABELA 2

RENDAS MÉDIAS DA PEA POR DECIS: BRASIL 1960-1980

Anos Decis da PEA ^{b/} (%)	Rendas Médias Reais ^{a/}					
	1960 (Cr\$)	1970 (Cr\$)	1980 (Cr\$)	70/60 (Δ%)	80/70 (Δ%)	80/60 (Δ%)
- 10	841	949	1.310	12,8	38,0	55,8
- 40	1.991	2.593	3.951	30,2	52,4	98,4
+ 40	5.912	7.291	11.252	23,3	54,3	90,3
+ 10	22.506	35.444	56.977	57,5	60,8	153,2

FONTE: FIBGE (dados originais); CNRH/IPLAN (dados elaborados).

NOTAS: a/ Valores de setembro de 1980 (inflator: IGP-DI)

b/ Exclusive pessoas sem rendimento e sem declaração de rendimento.

A questão das variações nas rendas reais entre os estratos pode ainda ser vista de outro ângulo (Tabela 3)^{1/}

TABELA 3

PERDAS E GANHOS^{a/} NAS RENDAS REAIS: BRASIL 1960-1980

(DECIS DA PEA)

Períodos Decis da PEA ^{d/} (%)	Variações ^{b/} das Rendas Reais ^{c/} (%)		
	70/60	80/70	80/60
- 10	- 66,3	- 45,4	- 52,2
- 40	- 20,8	- 13,1	- 15,6
+ 40	- 38,9	- 14,7	- 22,6
+ 10	+ 50,7	+ 21,8	+ 31,2

FONTE: Tabela 2

NOTAS: a/ Metodologia: ver nota de rodapé 1/

b/ Valores observados > valores projetados significam ganhos líquidos de renda, sinal (+), e valores observados < valores projetados significam perdas líquidas de renda, sinal (-).

c/ Inflator: IGP - DI

d/ Excluídas pessoas sem rendimento e sem declaração de rendimento.

1/ Aí se resumem três procedimentos: a) as rendas reais para 1970 e 1980 foram projetadas caso a mesma relação das médias relativas de 1960 se mantivesse; b) foram obtidos os diferenciais absolutos entre as rendas observadas e projetadas; c) foram calculadas as relações entre os diferenciais especificando os valores que ultrapassaram (+) ou não (-) os valores projetados.

Os dados apresentados sugerem que se a mesma estrutura das rendas relativas observada em 1960 tivesse permanecido ao longo do tempo, os resultados de 1970 e de 1980 não teriam sido tão adversos (a repartição das rendas favoreceu menos aos estratos mais pobres). Na realidade, ao tomar a distribuição da renda de 1960 como base, os resultados encontrados para as duas últimas décadas indicam que houve não só uma pronunciada alteração na estrutura das rendas relativas como também uma marcante modificação nos ganhos reais de renda. Ambos os fatores contribuíram diretamente para a tendência observada de concentração dos rendimentos pessoais do trabalho.

A distribuição da renda nos últimos 20 anos, portanto, aponta para uma gradativa perda de posição dos estratos inferiores e médios em comparação ao estrato superior. Essa performance se deve não só à perda na participação da renda daqueles estratos (Tabela 1), como também aos ganhos diferenciados das rendas reais (Tabela 2) e, finalmente, ao balanço líquido dos ganhos e perdas nas rendas reais (Tabela 3) — alteração na estrutura das rendas relativas. Em outras palavras, a desigualdade das rendas no período 1960-80 deveu-se muito mais às perdas acentuadas de renda dos estratos inferior e médio — saldos destes apropriados pelo estrato superior (Tabela 3) —, do que aos ganhos de renda realmente obtidos (Tabela 2).

A evolução da desigualdade das rendas, no entanto, aponta características qualitativamente distintas entre as duas décadas. Nos anos sessenta, o aumento da desigualdade parece ter se localizado muito mais entre as camadas média e superior da distribuição; os ganhos de participação na renda total do estrato superior (+ 10%) provocaram perdas de participação dos estratos médios (notadamente dos + 40%) mais acentuadas que do estrato inferior (- 10%). Nos anos setenta, o aumento da desigualdade parece ter

se localizado ao longo de toda a distribuição, muito embora se pronuncie o distanciamento entre as participações dos extremos decílicos, dado que os estratos médios praticamente mantêm suas posições relativas.

As informações disponíveis sugerem, portanto, que nas duas últimas décadas, as transformações na distribuição da renda refletem, de um lado, alterações nas posições relativas dos estratos de renda e, de outro, o alargamento dos limites da desigualdade absoluta.

Quanto às alterações nas posições relativas dos estratos de renda, tudo indica que na década dos sessenta se desenrolou um processo de transferência de rendas dos estratos médios para o estrato superior, enquanto na década dos setenta ocorreu um processo de transferência de rendas de todos os estratos para o estrato superior. Assim, na primeira década, as pessoas da classe média foram as que ficaram relativamente mais pobres, na segunda década, juntaram-se a elas as pessoas da classe inferior, para se tornarem as que ficaram relativamente mais pobres. Nas duas décadas as pessoas da classe superior foram as que ficaram cada vez mais ricas.

Quanto ao alargamento dos limites da desigualdade absoluta, destaca-se o distanciamento progressivo entre ricos e pobres. De um lado, enquanto os mais pobres (- 10%) se apropriam de apenas algo em torno de 1% da renda, os mais ricos (+ 10%) se aproximam gradativamente da apropriação de 50% da renda. De outro lado, é grande o contingente de pessoas cuja renda média se situa em torno dos limites monetários da pobreza (Tabela 4). Nas duas décadas, pelo menos metade das pessoas ocupadas — cerca de 9 milhões em 1960, 13 milhões em 1970 e 20 milhões em 1980 — não conseguiram auferir rendas do trabalho superiores, em média, aos valores vigentes do salário-mínimo. Na realidade, esses contingentes são bem mais expressivos ao se levar em conta o fato de que os valores do salário-mínimo não acompanharam os índices de inflação nos períodos considerados (assim, aumentos salariais/aumentos inflacionários: 70/60 = 57%; 80/70 = 88%; 80/60 = 50%).

TABELA 4

RENDAS MÉDIAS DA PEA EM SALÁRIOS^{a/}: BRASIL 1960-1980

Decis da PEA ^{b/} (%)	Anos	Rendas Médias/Salários		
		1960	1970	1980
- 10		0,10	0,20	0,32
- 40		0,24	0,56	0,95
+ 40		0,71	1,6	2,7
+ 10		2,7	7,6	13,7
TOTAL		0,66	1,6	2,9

FONTE: FIBGE (dados originais); CNRH/IPLAN (dados elaborados).

NOTAS: a/ Maior salário-mínimo vigente: 1960 (Cr\$ 9,60), 1970 (Cr\$ 187,20), 1980 (Cr\$ 4.149,60).

b/ Exclui pessoas sem rendimento e sem declaração de rendimento.

3.2 - Distribuição da Renda Pessoal por Setores de Atividades

O comportamento dos três grandes setores de atividade nas últimas décadas reflete as transformações econômicas clássicas pelas quais passa a sociedade brasileira, quais sejam a gradativa perda de dinamismo das atividades agrícolas e a consequente expansão das atividades não-agrícolas. O setor primário persiste cedendo considerável contingente de trabalhadores para os setores secundário e terciário e registrando declínio na participação da renda setorial. Esses dois últimos setores tipicamente urbanos da economia, por seu turno, absorvem a mão-de-obra rural migrante, remuneram-na diferenciadamente e aumentam suas respectivas participações na renda setorial (Tabela 5).

Embora essas transformações sejam historicamente esperadas diante da crescente industrialização e da intensa urbanização, as modificações setoriais observadas com relação à repartição da mão-de-obra foram, no entanto, bastante pronunciadas: excessiva evasão da mão-de-obra rural (o percentual de 1980 é quase a metade daquele de 1960); significativa absorção de mão-de-obra pelo setor industrial (o percentual de 1980 tem um acréscimo de cerca da metade da participação em 1960) e, finalmente, terciarização da economia (o setor terciário absorve quase a metade de toda a PEA em 1980).

Os caminhos setoriais percorridos pela mão-de-obra foram marcados por mudanças igualmente ponderáveis na distribuição da renda, as quais refletem a evolução da divisão urbana-rural do trabalho. A urbanização acompanha a industrialização e a terciarização dos negócios, enquanto a "desruralização" reforça o caráter urbano das atividades econômicas. Se em 1960 o setor agrícola de tinha cerca da metade da população ativa e 1/4 da renda total, em 1980 absorve apenas 1/4 da população ativa e cerca de 1/7 da renda total. Em vinte anos ocorreu uma queda de quase a metade nas participações rurais da população e da renda respectivamente.

TABELA 5

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA^{a/}
E DA RENDA SETORIAL: BRASIL 1960-1980

Setores	Anos	1960		1970		1980	
		PEA	RENDA	PEA	RENDA	PEA	RENDA
Primário		45,0	24,5	39,7	18,6	26,9	14,7
Secundário		17,1	23,1	20,0	26,4	26,3	28,5
Terciário		37,9	52,4	40,3	55,0	46,8	56,8
TOTAL		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: FIBGE (dados originais); CNRH/IPLAN (dados elaborados).

NOTAS: a/ Exclusive pessoas sem rendimento e sem declaração de rendimento.

Sob o ângulo especificamente urbano, enquanto em 1960 a participação da indústria na renda total era menor do que a da agricultura, a situação se inverte em 1980, a tal ponto que a indústria passa a captar o dobro da parcela agrícola. De outro lado, o setor terciário mantém, nas duas décadas, a primazia na retenção da renda setorial, aumentando progressivamente sua participação.

Com as transformações observadas a economia passou a apresentar uma distribuição de renda bastante simétrica à repartição dos trabalhadores. Nos últimos vinte anos, a economia rural-urbana emprega e remunera os trabalhadores de tal sorte que as participações setoriais da mão-de-obra se equiparam às parcelas setoriais da renda. Assim, a distribuição da renda entre os setores econômicos vai se tornando menos desigual.

Esta simetria entre as proporções de população e da renda, entretanto, encobre dois aspectos significativos. Um é a performance do setor secundário que suplantou o terciário no seu ritmo de absorção de mão-de-obra e de apropriação de renda (Tabela 5); estes resultados ressaltam a capacidade que o setor secundário teve em absorver grande parcela da população trabalhadora apesar das técnicas de produção modernas e intensivas em capital. Outro é a relevância do setor terciário na retenção da maior parcela da mão-de-obra total comprovando a tendência mundial do predomínio da economia administrativa e de serviços sobre a economia de transformação e elaboração de bens.

Acrescentando-se à participação setorial na renda o perfil das rendas médias setoriais (Tabela 6), ficam evidenciados aspectos adicionais para a análise da distribuição da renda.

TABELA 6

RENDAS MÉDIAS DA PEA POR SETORES DE ATIVIDADES: BRASIL 1960-1980

Setores ^{b/}	Anos	Rendas Médias Reais ^{a/}					
		1960 (Cr\$)	1970 (Cr\$)	1980 (Cr\$)	70/60 (Δ%)	80/70 (Δ%)	80/60 (Δ%)
Primário		2.982	3.557	6.509	19,3	83,0	118,3
Secundário		7.447	10.022	12.910	34,6	28,8	73,4
Terciário		7.612	10.363	14.459	36,1	39,5	89,9
TOTAL		5.496	7.593	11.910	38,2	56,8	116,7

FONTE: FIBGE (dados originais); CNRH/IPLAN (dados elaborados).

NOTAS: a/ Valores de setembro de 1980 (inflator: IGP-DI).

b/ Exclusive pessoas sem rendimento e sem declaração de rendimento.

Primeiro, a hierarquia das rendas médias das pessoas economicamente ativas nos grandes setores econômicos indica a superação do primário pelo secundário e deste pelo terciário, ao longo dos vinte últimos anos. Esse fato não chega a surpreender e se justifica, de um lado, pela inclusão, no terciário, dos serviços financeiros, bancários e afins, da administração pública (notadamente autarquias e fundações) e atividades sociais (públicas e privadas), reconhecidamente detentores de boas folhas salariais e remunerações; de outro lado, pela existência, no secundário, de atividades com folhas salariais menos favoráveis, tais como parcelas consideráveis da construção civil, têxtil, couro, vestuário, alimentícias, madeira e móveis e, finalmente, pela inclusão no primário das atividades de auto-consumo (subsistência), sazonais e eventuais, pouco monetizadas e remuneradas.

Segundo, foi relativamente segura e estável a performance dos setores não-agrícolas nas duas décadas, ao apresentarem incrementos em suas rendas médias em torno de níveis semelhantes — ambas as rendas se expandiram em torno da terça parte dos valores respectivos dos períodos anteriores.

Terceiro, foi surpreendente a performance do setor agrícola na última década (setenta), ao registrar aumento da renda real superior à média setorial. Esse fato, no entanto, se deveu muito mais à acentuada liberação da mão-de-obra agrícola do que ao aumento na geração da renda. A queda na parcela da renda agrícola resulta muito menor que o declínio na participação da população (Tabela 5).

As observações acima podem ser confirmadas e reforçadas pelas informações da Tabela 7, que mostra as perdas e os ganhos setoriais nas duas décadas a partir da estrutura das rendas relativas verificada no começo do período (1960).

TABELA 7

PERDAS E GANHOS^{a/} NAS RENDAS REAIS: BRASIL 1960-1980

(Setores Econômicos)

Setores ^{d/}	Períodos	Variações ^{b/} das Rendas Reais ^{c/} (%)		
		70/60	80/70	80/60
Primário		- 50,1	+ 25,6	+ 0,7
Secundário		- 8,4	- 50,5	- 36,8
Terciário		- 4,7	- 31,4	- 22,7

FONTE: Tabela 6.

NOTAS: a/ Metodologia: ver nota de rodapé 1.

b/ Valores observados > Valores projetados significam ganhos líquidos de renda, sinal (+); valores observados < valores projetados significam perdas líquidas de renda, sinal (-).

c/ Inflator: IGP-DI

d/ Exclui pessoas sem rendimento e sem declaração de rendimento.

3.3 - Distribuição da Renda: Brasil e Exterior

As informações sobre a distribuição da renda no Brasil podem ser avaliadas em termos comparativos com aquelas de outros países, na medida que retratam, aproximadamente, as situações sociais respectivas. Embora avaliações desta natureza esbarrem em limitações metodológicas diversas, estas não são, no entanto, insuportáveis e permitem acompanhar razoavelmente as tendências mais marcantes que estatisticamente se manifestam. A tabela 8, portanto, apresenta as distribuições de renda de 9 países mais o Brasil, representadas por decis selecionados, divididos em 3 grupos: países pobres (rendas baixas), países remediados (rendas médias) e países ricos (rendas altas).

A comparação das distribuições de renda entre os países escolhidos de forma alguma favorece a imagem do Brasil. De um lado, pelo menos a Índia e a Indonésia entre os países pobres, e, de outro lado, todos os demais países, à exceção talvez do México, estão consideravelmente em melhores condições de igualdade na repartição das rendas que o Brasil. Na verdade, o Brasil parece se colocar perto do Nepal, do qual se aproxima bastante, e do México, apenas entre os 60% mais pobres, no que se refere aos parâmetros da desigualdade de rendas. O Brasil está entre aqueles países que apresentam as situações de renda mais desfavoráveis.

3.4 - Observações Finais

Dadas as considerações anteriores sobre a distribuição da renda no Brasil, total e setorial, é possível recuperar os principais pontos da análise e formalizar algumas conclusões acerca da situação social nos últimos vinte anos.

TABELA 8

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA ENTRE PAÍSES SELECIONADOS

Países (Anos) Estratos (Decis - %)	BRASIL (70-80)	PAÍSES POBRES			PAÍSES REMEDIADOS			PAÍSES RICOS		
		Índia (75-76)	Indonésia (76)	Nepal (76-77)	Iugoslávia (78)	México (77)	Coréia (76)	Inglaterra (77-78)	Noruega (73)	EUA (72)
- 60	21,0; 20,0	30,1	27,0	24,3	37,4	21,9	32,3	36,1	39,9	32,5
+ 10	46,7; 47,8	33,6	34,0	46,5	22,9	40,6	27,5	23,3	22,5	26,6
+ 10 / - 60	2,22; 2,39	1,12	1,26	1,91	0,61	1,85	0,85	0,65	0,56	0,82

FONTE: World Development Report 1981, World Bank e FIBGE.

A - Persiste o aumento na desigualdade relativa das rendas nos anos setenta, acentuando a mesma tendência dos anos sessenta.

B - Ocorre um afunilamento na distribuição da renda, de tal sorte que os estratos inferior e médio perdem participação nos ganhos de renda face ao aumento de participação do estrato superior através da considerável ampliação de seus ganhos.

O gradativo achatamento dos ganhos de renda dos demais estratos face aos pronunciados ganhos de renda do estrato superior indica estar ocorrendo um relativo aumento dos grupos mais pobres - até mesmo uma redução dos grupos da classe média em favor de uma ampliação dos grupos das classes mais pobres.

C - A apropriação setorial da renda permanece favorecendo mais ao terciário, a seguir ao secundário e por fim ao primário, tanto nas participações quanto nas rendas relativas.

Dado o caráter pronunciado e crescentemente urbano da evolução econômica das últimas décadas, chega-se à conclusão que a ampliação relativa dos grupos das classes mais pobres está particularmente ligada aos rumos tomados pelos processos de terciarização e de industrialização nas cidades e metrópoles brasileiras.

D - A distribuição das rendas dos brasileiros se situa entre as mais concentradas e desfavoráveis do mundo, tanto na esfera capitalista quanto na socialista.

